



ESTADO DA PARAÍBA

Certifico, para os devidos fins, que esta
LEI foi publicada no DOE, Nesta Data
25/09/2020
Vera Duarte Sá
Gerência Executiva de Registro de Atos e
Legislação da Casa Civil do Governador

LEI Nº 11.776
AUTORIA: PODER EXECUTIVO

DE 24 DE SETEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre as diretrizes para a
elaboração da Lei Orçamentária para o
exercício de 2021 e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a
seguinte Lei:

CAPÍTULO I Das Disposições Preliminares

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 166, § 2º, da Constituição Estadual, e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2021, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da Administração Pública Estadual;
- II – a estrutura e a organização dos orçamentos;
- III – as diretrizes gerais, as orientações e os critérios para a elaboração e a execução dos orçamentos do Estado e suas alterações;
- IV – as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- V – as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais;
- VI – as disposições relativas à dívida pública estadual;
- VII – as políticas de fomento;
- VIII – as disposições gerais.

CAPÍTULO II Das Prioridades e Metas da Administração Pública Estadual

Art. 2º As Prioridades e as metas físicas da Administração Pública Estadual para o exercício de 2021 serão aquelas contempladas no Plano Plurianual para o período 2020-2023, observadas as dimensões, áreas e objetivos



ESTADO DA PARAÍBA

constantes do referido Plano Plurianual.

Art. 3º Na lei orçamentária, os recursos relativos a programas sociais serão prioritariamente destinados ao atendimento de habitantes de municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano, inclusive a periferia das cidades de médio e grande porte do Estado.

§ 1º Todos os órgãos da Administração Estadual observarão, na aplicação dos recursos durante o exercício de 2021, as disposições e regras da Lei Estadual nº 7.020/2001 e seus regulamentos.

§ 2º Para o disposto no *caput*, considera-se programas sociais aqueles destinados à melhoria qualitativa e quantitativa nas áreas de educação, saúde, segurança, combate às drogas, esporte, lazer, cultura, profissionalização, inserção dos jovens no mercado de trabalho, saneamento básico, assistência social, habitação, geração de emprego e renda e suplementação alimentar.

Art. 4º As prioridades e as metas físicas da Administração Pública Estadual para o exercício de 2021, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem, para o Poder Executivo, àquelas definidas para 2021 nos programas estruturantes e outros deles decorrentes contemplados no Plano Plurianual 2020-2023, incluídas nestas as prioridades e metas elencadas no anexo III (item V) desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2021, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. Para os Poderes Legislativo e Judiciário, o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública, as metas relativas ao exercício de 2021 são as definidas nos respectivos programas finalísticos e outros deles decorrentes contemplados no Anexo III desta Lei e no Plano Plurianual 2020-2023.

CAPÍTULO III

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 5º A lei orçamentária para o exercício de 2021 compreenderá:

I – o orçamento Fiscal: referente aos Poderes do estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento da Seguridade Social: abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os



ESTADO DA PARAÍBA

fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público; e

III – o orçamento de Investimentos: referente às empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das Empresas Estatais será elaborado conforme as diretrizes estabelecidas nesta Lei, no que ficar estabelecido no Plano Plurianual 2020-2023, nas normas da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2020 a 2023.

Art. 7º Para efeito desta Lei considera-se:

I – programa: instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no Plano Plurianual, visando à solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade;

II – ação: operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo de um programa;

III – atividade: instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de governo;

IV – projeto: instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

V – operação especial: despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VI – Produto: resultado de cada ação específica, expresso sob a forma de bem ou serviço posto à disposição do Estado ou da sociedade;

VII – meta: quantificação dos produtos estabelecidos no Plano Plurianual, como resultado dos projetos e das atividades.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias e suficientes ao atingimento de seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores para o cumprimento das metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização das ações e



ESTADO DA PARAÍBA

as fontes de recursos que a custearão.

§ 2º Cada projeto, atividade ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam em conformidade com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 e suas alterações, do Ministério do Planejamento e Orçamento (atual Ministério da Economia), bem como ao Programa a que se vincula.

§ 3º As metas serão consideradas para projetos e atividades integrantes de programas finalísticos e nos demais sempre que possível.

Art. 8º As dotações orçamentárias constantes nos orçamentos fiscal e da seguridade social serão agregadas segundo órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas de governo e ação.

§ 1º As unidades orçamentárias serão agrupadas em órgãos, sendo estes os de maior nível da classificação institucional.

§ 2º As funções serão agregadas nas diversas áreas de atuação do setor público.

§ 3º As subfunções representam um nível de agregação imediatamente inferior à função.

§ 4º Os programas são os definidos no Plano Plurianual para o período 2020-2023.

Art. 9º Na lei orçamentária, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á por categoria econômica, esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa, devendo esta ser detalhada por modalidade de aplicação e fontes de recursos.

§ 1º A categoria econômica tem por finalidade identificar se a despesa é Corrente ou de Capital. As despesas correntes são as que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital e as despesas de capital contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

§ 2º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (10), da seguridade social (20) ou de investimentos (30), conforme o disposto no § 5º do art. 165, da Constituição Federal.

§ 3º O grupo de natureza de despesa é um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminado:

- I - grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais;
- II - grupo 2 – Juros e Encargos da Dívida;
- III - grupo 3 – Outras Despesas Correntes;



ESTADO DA PARAÍBA

- IV - grupo 4 – Investimentos;
- V - grupo 5 – Inversões Financeiras;
- VI - grupo 6 – Amortização da Dívida;
- VII – grupo 9 – Reserva de Contingência.

§ 4º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira, inclusive a decorrente de descentralização orçamentária para outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou diretamente para entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições;

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade, no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 5º A especificação da modalidade de aplicação, de acordo com a Portaria nº 163 e suas alterações, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN observará o seguinte desdobramento:

- I - 20 – Transferências à União;
- II - 30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal;
- III - 40 – Transferências a Municípios;
- IV - 41 – Transferências a Municípios – Fundo a Fundo;
- V - 50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
- VI - 60 – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos;
- VII - 71 – Transferências a Consórcios Públicos;
- VIII - 80 – Transferências ao Exterior;
- IX - 90 – Aplicações Diretas;
- X - 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade social;
- XI - 93 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade social com Consórcio Público do qual o Ente Participe;
- XII - 94 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe.

§ 6º É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 7º As fontes de recursos de que trata o *caput* deste artigo serão consolidadas da seguinte forma:

- I - recursos do Tesouro, compreendendo os recursos de arrecadação própria do Tesouro Estadual, as receitas de transferências federais



ESTADO DA PARAÍBA

constitucionais, legais e voluntárias, estas últimas quando transferidas para entidades da administração direta e, ainda, as operações de créditos contratadas diretamente pelas unidades gestoras da Administração Direta do Estado;

II - recursos de Outras Fontes, compreendendo as receitas arrecadadas pelas entidades da Administração Indireta, as transferências voluntárias destinadas a estas entidades e demais fontes não previstas no inciso I, mesmo que arrecadadas pelas unidades gestoras da Administração Direta do Estado.

§ 8º As Reservas de Contingência de que fala o Inciso VII, § 3º do art. 9º deverão compor ações específicas quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual especificando:

- I - Reserva para Atendimento do art. 166, § 8º, da Constituição Federal;
- II - Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor – RPPS;
- III - Reserva para Cobertura de Emendas Parlamentares; e
- IV - Reserva de Contingência nos termos do art. 5º, inciso III, da LC nº 101/2000.

Art. 10. Os créditos suplementares e especiais serão abertos para o orçamento fiscal e seguridade social conforme detalhamento constante no art. 9º desta Lei, e no art. 48, para o orçamento de investimentos.

Art. 11. A alocação dos créditos orçamentários ou adicionais, conforme o caso, será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferência para unidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social.

Art. 12. Para fins de se ter um melhor controle na execução orçamentária e atender às necessidades de registros contábeis são facultados o desdobramento suplementar dos créditos orçamentários em elementos e subelementos de despesas, estes últimos designados no SIAF como ITENS DE DESPESAS, pelos órgãos centrais de planejamento e de contabilidade do Estado.

Art. 13. As despesas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, quando o receptor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desse orçamento, no âmbito da mesma esfera de governo, serão classificadas na



ESTADO DA PARAÍBA

Modalidade “91”.

Parágrafo único. Se necessário, antes de efetivar a emissão da nota de empenho em razão de obrigação legal, ou decorrente do fornecimento de bens/serviços, quando o credor for unidade vinculada aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, a emissora do empenho solicitará a mudança da modalidade de aplicação de “90” para “91” e vice versa, o que será efetivado por meio do módulo de Reprogramação Orçamentária – REPROR do sistema SIAF.

Art. 14. Com o fim de dar cumprimento à disposição de Termo de Cooperação em que os partícipes sejam integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Portaria Conjunta da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão e órgãos Interessados, processarão a descentralização dos créditos orçamentários no âmbito do Sistema de Administração Financeira – SIAF, em conformidade com o Decreto Estadual nº 33.884, de 03 de maio de 2013.

Art. 15. Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

Art. 16. As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

Art. 17. O Projeto da Lei Orçamentária de 2021, que o Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, e a respectiva Lei serão constituídos de:

- I – texto de lei;
 - II – quadros orçamentários consolidados;
 - III – anexo dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social,
- contendo:
- a) receitas, discriminadas por natureza e fonte de recursos;
 - b) despesas, discriminadas na forma prevista no art. 8º e nos demais dispositivos desta Lei;
 - IV – discriminação da legislação da receita e da despesa;
 - V – anexo do Orçamento de Investimentos a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta Lei;
 - VI – demonstrativo referente à manutenção e ao desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério, nos termos da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007;
 - VII – demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e no desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 210 da Constituição Estadual, observando o contido no art. 60, ADCT, CF, com as alterações levadas a efeito pela Emenda Constitucional nº 53/2006;
 - VIII – demonstrativo dos recursos a serem aplicados em ações



ESTADO DA PARAÍBA

e serviços públicos de saúde, nos termos da Emenda Constitucional nº 29/2000 e da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

IX – demonstrativo da renúncia fiscal, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 167 da Constituição Estadual;

X – demonstrativo do serviço da dívida pública do Estado;

XI – Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD;

XII – demonstrativo da compatibilidade do orçamento com as metas fiscais;

XIII – demonstrativo detalhado da previsão da Receita Corrente Líquida do respectivo orçamento.

Art. 18. A mensagem que encaminhar o Projeto da Lei Orçamentária Anual apresentará resumo da política econômica e social do Governo para o exercício de 2021.

Art. 19. A lei orçamentária discriminará, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

I – ao pagamento de precatórios judiciais;

II – à participação em constituição ou aumento de capital social de empresas;

III – às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial, vinculadas a unidades da Administração Direta do Poder Executivo;

IV – às despesas com auxílio-alimentação, vale refeição e assistência médico-odontológica para os servidores públicos, no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado e da Defensoria Pública, inclusive das entidades da Administração Indireta que recebam recursos à conta dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

CAPÍTULO IV

Das Diretrizes Gerais para a Elaboração dos Orçamentos e Suas Alterações

SEÇÃO I

Das Diretrizes Gerais

Art. 20. A elaboração do Projeto da Lei Orçamentária de 2021 e a respectiva Lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais constantes do Anexo I que integra esta Lei.

Parágrafo único. As Metas de Resultado Primário e Nominal constantes do Anexo I desta Lei poderão ser alteradas por Lei, se durante a execução do orçamento ficar evidenciado, nos RREOS, que as metas se inviabilizaram frente a eventos imprevisíveis ou previsíveis, mas, de repercussão imprevisível, ocorridos



ESTADO DA PARAÍBA

posteriormente à aprovação da LDO.

Art. 21. No projeto orçamentário anual, os valores das receitas e das despesas serão expressos em preços correntes.

Art. 22. Na programação da despesa, não poderão ser:

I – fixadas despesas, sem que existam fontes de recursos compatíveis e sem que as unidades executoras estejam instituídas legalmente;

II – incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão, ressalvados aqueles que complementem as ações;

III – incluídos recursos em favor de clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

IV – consignadas dotações para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em Lei que autorize sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 170 da Constituição Estadual;

V – incluídos pagamentos, a qualquer título, a servidor da administração pública, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, exclusive aqueles custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Parágrafo único. O disposto no inciso V não se aplica a pesquisadores de instituições de pesquisas e de Ensino Superior, bem como a coordenador, instrutor e/ou supervisor de curso de capacitação de Recursos Humanos.

Art. 23. É vedada a destinação de recursos a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições ou atendam aos requisitos da Lei nº 7.020/2001:

I – sejam de atendimento ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, esporte ou educação, na forma da lei, e estejam registradas no Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS ou, não sendo da competência do CEAS, por outro congêneres do ramo de atuação da entidade beneficiária;

II – sejam vinculadas a organismos nacionais ou internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial, na forma da lei, e reconhecido nacionalmente pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular no ano de 2020, emitida por autoridade local competente.



ESTADO DA PARAÍBA

§ 2º A administração Estadual para concessão de subvenções sociais observará as disposições legais, inclusive quanto à realização de chamamento público destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 3º Quando as subvenções sociais forem destinadas às organizações da sociedade civil a partir de recursos alocados por meio de emendas parlamentares individuais, ficam estas organizações dispensadas do chamamento público disposto no parágrafo anterior.

Art. 24. É vedada a destinação de recursos a título de auxílio, previstos no art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, às entidades privadas, ressalvadas àquelas, sem fins lucrativos, enquadráveis na forma da Lei nº 7.020/2001 ou que sejam:

- I – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial;
- II – voltadas para as ações de saúde e educação e de atendimento direto e gratuito ao público, na forma da lei, estando registradas no Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS ou, não sendo da competência do CEAS, por outro congênere do ramo de atuação da entidade beneficiária;

§ 1º A administração Estadual para concessão de subvenções sociais observará as disposições legais, inclusive quanto a realização de chamamento público destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 2º Quando as subvenções sociais forem destinadas a organizações da sociedade civil a partir de recursos alocados por meio de emendas parlamentares individuais, ficam estas organizações dispensadas do chamamento público disposto no parágrafo anterior.

Art. 25. A execução das despesas de que tratam os arts. 23 e 24 desta Lei atenderão, ainda, ao disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 26. As receitas vinculadas e as diretamente arrecadadas pelas entidades definidas no art. 5º desta Lei, respeitadas as disposições previstas em



ESTADO DA PARAÍBA

legislação específica, somente poderão ser programadas para investimentos e inversões financeiras depois de atenderem às necessidades relativas aos custeios administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida e à destinação de contrapartida das operações de crédito e convênios firmados com o Governo Federal.

Art. 27. Os órgãos da Administração Indireta deverão programar em seus orçamentos, no mínimo, valor correspondente a 1% (um por cento) do valor da sua receita diretamente arrecadada para pagamento do PASEP.

Art. 28. Na Lei Orçamentária Anual, serão destinados obrigatoriamente recursos para:

I – manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo com o art. 210 da Constituição Estadual combinado com o disposto no art. 60, ADCT, da Constituição Federal;

II – manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério, de acordo com a Lei nº 11.494/2007;

III – atendimento da aplicação em ações e serviços públicos de saúde, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 14 de setembro de 2000 c/c a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e na Lei nº 8.107, de 05 de dezembro de 2006 e suas alterações;

IV – despesas de caráter obrigatório e continuado, conforme definido no art. 17 da Lei Complementar nº 101/2000;

V – atendimento às situações de emergência e calamidade pública do Estado e dos Municípios, nos termos da legislação pertinente.

Art. 29. O Projeto de Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, somente incluirão projetos novos, se:

I – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

II – for comprovada sua viabilidade técnica, econômica e financeira.

Parágrafo único. Serão entendidos como projetos em andamento, constantes ou não da proposta, aqueles cuja execução financeira, até 30 de agosto de 2020, ultrapassar 30% (trinta por cento) do seu custo total estimado ou, ainda, aqueles vinculados a operações de crédito e/ou contratos de repasse já contratados e a ajustes com a União ou Municípios Paraibanos.

Art. 30. A Lei Orçamentária incluirá, na previsão da receita e na fixação da despesa, todos os recursos oriundos de transferências, inclusive as de convênios.



ESTADO DA PARAÍBA

Art. 31. As emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão obedecer ao disposto no art. 169 e seus parágrafos da Constituição Estadual, observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 32. Fica vedada apresentação de emendas que:

I – impliquem o aumento de despesas sem a estimativa de seu valor e sem indicação da fonte de recursos;

II – indique recursos provenientes de anulação das seguintes despesas:

a) dotações vinculadas a programas sociais;

b) dotações de sentenças judiciais;

c) dotações com o pagamento do PASEP;

d) dotações referentes ao auxílio-alimentação e auxílio

transporte;

e) dotações relativas aos grupos de natureza de despesas “31”,

“32” e “46”;

f) dotações com recursos de Convênios celebrados (Fontes

158 e 283);

g) dotações com recursos próprios (Fonte 270), exceto quando

se tratar de recursos dentro da Unidade arrecadadora;

h) dotações do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para o Orçamento de Investimentos e vice-versa.

III – sejam incompatíveis com o estabelecido no Plano Plurianual 2020-2023;

IV – não façam parte das prioridades e metas definidas nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias;

V – tratem de matéria diversa da autorizada no art. 166, § 4º da Constituição Estadual.

Parágrafo único. O Poder Executivo compatibilizará ao orçamento do exercício de 2021, as emendas aprovadas nos termos dos arts. 31 e 32 desta Lei.

Art. 33. A lei orçamentária anual conterà dotação consignada à reserva de contingência valor equivalente até 1,0% (um por cento) da receita corrente líquida, para atender o disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e de 0,4% (quatro décimos por cento) da mesma receita (RCL) consignada à Reserva para Cobertura de Emendas Parlamentares no Código 9999.9998.0287, para atender as emendas individuais impositivas dos parlamentares ao projeto de lei orçamentária anual, quando de sua tramitação no Poder Legislativo, sendo que metade deste percentual será destinada obrigatoriamente a ações e serviços públicos em saúde.



ESTADO DA PARAÍBA

§ 1º A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde, previsto *caput* deste artigo, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso II do § 2º do art. 198 da Constituição Federal, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.

§ 2º Aplicam-se aos créditos decorrentes das emendas parlamentares de que trata este artigo as mesmas normas e obrigações acessórias de execução orçamentária previstas na legislação específica sobre a matéria, sendo vedada a imposição de exigências que não se apliquem igualmente ao Poder Executivo.

§ 3º Quando a transferência obrigatória do Estado, para a execução da programação prevista neste artigo, for destinada a Município, independe da adimplência do ente federativo destinatário e não integrará a base de cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal de que trata o *caput* do art. 173 da Constituição Estadual.

§ 4º Os órgãos de execução devem adotar todos os meios e medidas necessários à execução das programações referentes a emendas individuais.

§ 5º As parcelas da dotação de cada emenda individual ao projeto de lei orçamentária destinadas aos demais Poderes, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Ministério Público e Universidade Estadual da Paraíba não comporão a base de cálculo utilizada para fixação dos duodécimos.

Art. 34. É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, da programação referente a emendas individuais aprovadas na lei orçamentária.

Parágrafo único. O Poder Executivo inscreverá em restos a pagar os valores dos saldos orçamentários referentes às emendas parlamentares, de que trata o *caput* do art. 33, que se verificarem no final do exercício de vigência desta lei, sendo obrigatório o seu pagamento total até o fim do exercício financeiro subsequente.

Art. 35. Considera-se:

I - execução equitativa: a execução das programações que atenda de forma igualitária e impessoal as emendas apresentadas, independentemente da autoria;

II - impedimento de ordem técnica: o óbice identificado no processo de execução que inviabilize o empenho, a liquidação ou o pagamento das programações; e

III - saldos orçamentários: parcelas das dotações orçamentárias das ações beneficiadas por emendas individuais já empenhadas e ainda não efetivamente pagas.



ESTADO DA PARAÍBA

Art. 36. No caso da comprovação de qualquer impedimento de ordem técnica que impeça o empenho da despesa que integre a programação prevista no art. 33, o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Defensoria Pública e a Universidade Estadual da Paraíba enviarão ofício ao Poder Legislativo com as justificativas do impedimento, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária, ou em caso de veto, após a Promulgação final da Lei Orçamentária.

§ 1º Serão considerados impedimentos de ordem técnica:

I - a não indicação precisa do beneficiário, no caso de emendas destinadas a transferências voluntárias, pelo autor da emenda;

II - a incompatibilidade do objeto proposto com a finalidade da ação orçamentária;

III - a incompatibilidade do objeto proposto com o programa do órgão ou entidade executora;

IV - a falta de razoabilidade do valor proposto, a incompatibilidade do valor proposto com o cronograma de execução do projeto ou proposta de valor que impeça a conclusão de uma etapa útil do projeto;

V - outras razões de ordem técnica, devidamente justificadas.

§ 2º Não caracteriza impedimento de ordem técnica:

I - alegação de falta de liberação ou disponibilidade orçamentária ou financeira, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 34;

II - óbice que possa ser sanado mediante procedimentos ou providências de responsabilidade exclusiva do órgão de execução;

III - alegação de inadequação do valor da programação, quando o montante for suficiente para alcançar o objeto pretendido ou adquirir pelo menos uma unidade completa.

§ 3º Inexistindo impedimento de ordem técnica, o órgão deverá providenciar a imediata execução orçamentária e financeira das programações de que trata o art. 33.

§ 4º Até 30 dias após o término do prazo previsto no *caput* desse artigo, havendo impedimento de ordem técnica, as programações orçamentárias relativas às emendas parlamentares poderão ser alteradas ao longo do exercício de vigência desta LDO, mediante decreto legislativo de iniciativa da Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência, enviado ao Poder Executivo, após aprovado pelo Plenário da Assembleia, observadas as seguintes condições:

I - o decreto legislativo deverá ser aprovado e publicado até o dia 30 setembro;

II - a Assembleia Legislativa através da Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência deverá consolidar as propostas



ESTADO DA PARAÍBA

individuais e encaminhá-las na forma de banco de dados;

III - as alterações propostas também devem respeitar o percentual destinado a ações e serviços públicos de saúde;

IV - o decreto legislativo consolidado deverá ser publicado no Diário do Poder Legislativo e no Diário Oficial do Estado, com os seguintes dados para cada emenda:

- a) nome do autor;
- b) número de identificação da emenda;
- c) alocação orçamentária originária, composta da classificação institucional, da classificação funcional-programática e da natureza da despesa;
- d) município originário;
- e) objeto originário;
- f) nova alocação orçamentária, composta da classificação institucional, da classificação funcional-programática e da natureza da despesa;
- g) município destino;
- h) novo objeto; e
- i) valor.

V - O Poder Executivo deverá promover as alterações solicitadas por meio de ato próprio, nos termos previstos na lei orçamentária, no prazo de até 30 (trinta) dias contado do recebimento do decreto legislativo do Poder Legislativo, observados os limites autorizados na Lei Orçamentária de 2021; e

VI - caso seja necessário, o Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa Projeto de Lei de abertura de crédito adicional para atender ao decreto do Poder Legislativo, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do seu recebimento.

§ 5º Após o prazo final estabelecido no inciso anterior, o Poder Executivo deverá encaminhar, à Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência da Assembleia, na forma de banco de dados, a relação das emendas parlamentares individuais aprovadas, indicando a fase de execução na qual cada uma se encontra.

§ 6º Os créditos consignados na ação orçamentária Reserva para Cobertura de Emendas Parlamentares que não forem utilizados até 30 de novembro de 2021, em razão de impedimentos de ordem técnica, não serão de execução obrigatória, e poderão dar cobertura a créditos adicionais para suprir insuficiência orçamentária mediante prévia e específica autorização legislativa.

Art. 37. Fica estabelecido que o valor das propostas orçamentárias para o exercício de 2021, e respectivo limite para fixação da despesa, do Poder Legislativo e Judiciário, o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública, será o valor aprovado na Lei nº 11.627 de 14 de janeiro de 2020 - LOA 2020, vinculada às fontes "100, 101, 110 e 112", acrescido do IPCA de julho de 2019 a junho de 2020, para os referidos Poderes e Órgãos.



ESTADO DA PARAÍBA

Art. 38. A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) terá como limite para elaboração de sua proposta orçamentária para 2021, o estabelecido no artigo 3º da Lei nº 7.643, de 07 de agosto de 2004.

§ 1º A proposta orçamentária para 2021 da Universidade Estadual da Paraíba não poderá ter valor inferior ao orçamento aprovado do ano anterior, vinculados à fonte “100, 101, 110 e 112”.

§ 2º Não poderá haver diminuição das transferências destinadas à Universidade Estadual da Paraíba mediante contingenciamento discricionário por parte do Poder Executivo.

Art. 39. A Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), até o dia 14 de agosto do corrente ano, encaminhará aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado e à Defensoria Pública as informações relativas às estimativas das receitas para o exercício de 2021, inclusive a receita corrente líquida em observância ao art. 12, § 3º, da LRF, com as suas respectivas memórias de cálculo.

Art. 40. Para fins de consolidação, o Poder Legislativo e Judiciário, o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública encaminharão à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão por via eletrônica, através do SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, disponibilizado pela SEPLAG, até 11 de setembro do corrente ano, suas respectivas propostas orçamentárias, observadas as disposições desta Lei.

Art. 41. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento da lei orçamentária anual.

Art. 42. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no art. 170, § 2º, da Constituição Estadual, será efetivada mediante Decreto do Governador do Estado.

Art. 43. Os recursos próprios do Tesouro Estadual serão alocados para atender, em ordem de prioridade, às seguintes despesas:

- I – transferências e aplicações vinculadas à Educação e Saúde;
- II – pessoal e encargos sociais, observados os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal;
- III – juros, encargos e amortizações das dívidas interna e externa;
- IV – contrapartidas previstas em contratos de empréstimos internos e externos, em convênios ou em outros instrumentos similares, observados os respectivos cronogramas de desembolso;



ESTADO DA PARAÍBA

V – repasse dos Duodécimos dos Poderes e Órgãos dotados de autonomia nos termos da Constituição Federal;

VI – demais despesas administrativas e de investimentos.

Art. 44. Para fins do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas com valor até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 45. O processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentário Anual (PLOA) tem início com o envio do referido projeto à Assembleia Legislativa Estadual e finaliza com a sanção do Chefe do Poder Executivo Estadual, ou quando for o caso de veto governamental, após sua deliberação pela Assembleia Legislativa, com a promulgação da Lei pelo Governador do Estado ou pelo Presidente do Poder Legislativo Estadual, conforme o caso.

Art. 46. O Poder Executivo poderá incorporar, na elaboração dos orçamentos, as eventuais modificações na estrutura organizacional do Estado, ocorridas após o encaminhamento da LDO/2021 à Assembleia Legislativa.

Parágrafo único. Inalterada a classificação funcional programática, a categoria econômica, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e o valor, fica o Poder Executivo autorizado a efetivar ajustes necessários no Quadro de Detalhamento da Despesa da Lei Orçamentária com o fim de adequá-lo à estrutura organizacional do Estado resultante da cisão, fusão ou incorporação de unidades orçamentárias ou, ainda, a criação de novo órgão sem a criação de novas unidades, bem como, para promover a mudança de denominação de órgão ou unidade orçamentária.

SEÇÃO II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 47. O orçamento da seguridade social compreenderá dotações destinadas a atender às ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social e contará, dentre outros, com recursos provenientes de:

I – contribuições previdenciárias e patronais dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Estado;

II – impostos e transferências vinculadas constitucionalmente à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde;

III – recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do Estado da Paraíba (FUNCEP);

IV – receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata este artigo;

V – transferências da União, para esse fim;

VI – convênios, contratos, acordos e ajustes com órgãos e



ESTADO DA PARAÍBA

entidades que integram o orçamento da seguridade social;

VII – outras receitas do Tesouro Estadual.

§ 1º Os créditos orçamentários para concessão e pagamento de benefícios previdenciários serão consignados à Autarquia PBPREV – Paraíba Previdência, integrante do orçamento da seguridade social, em conformidade com o disposto na Lei nº 7.517, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações.

§ 2º Durante o exercício financeiro de 2021 são vedadas quaisquer alterações orçamentárias e/ou descentralização de créditos transferindo ou remanejando dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de benefícios previdenciários em favor de quaisquer outras unidades orçamentárias não vinculadas a unidade gestora PBPREV.

SEÇÃO III

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimentos

Art. 48. O Orçamento de Investimento das empresas estatais, previsto no inciso II do art. 167 da Constituição do Estado, será apresentado para cada empresa pública, sociedade de economia mista e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 49. As empresas dependentes, que recebem recursos do Tesouro para sua manutenção e pagamento de Pessoal e Encargos, terão sua programação constante integralmente do orçamento Fiscal ou no orçamento da Seguridade Social, de acordo com o disposto no art. 8º desta Lei, portanto não integrarão o orçamento de Investimento das estatais.

Art. 50. O orçamento de Investimento das empresas estatais detalhará, por empresa, as fontes de financiamento, de modo a evidenciar a origem dos recursos, e a despesa, segundo as categorias econômicas e o grupo de natureza de despesa.

Art. 51. Às empresas integrantes do orçamento de Investimentos, aplicar-se-ão, no que couber, as normas gerais estabelecidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Estadual nº 3.654, de 10 de fevereiro de 1971, e às Normas de Execução Orçamentária e Financeira que vierem a ser editadas pelo Governador do Estado.

SEÇÃO IV

Das Transferências Voluntárias

Art. 52. Para efeitos desta Lei, considera-se:

I – concedente: o órgão ou a entidade da Administração



ESTADO DA PARAÍBA

Pública Direta ou Indireta responsável pela transferência de recursos financeiros ou descentralização de créditos orçamentários destinados a este fim;

II – conveniente: o órgão ou a entidade da Administração Pública Direta ou Indireta e as entidades privadas beneficiárias de recursos provenientes da transferência voluntária.

Art. 53. As transferências de recursos do Estado aos Municípios, mediante contrato, convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, ressalvadas as repartições de receitas tributárias e as destinadas a atender a estado de calamidade pública, legalmente reconhecido por ato do Governador do Estado, dependerão da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que:

I – atende ao disposto no art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

II – instituiu, regulamentou e arrecada todos os impostos de sua competência prevista no art. 156 da Constituição Federal;

III – atende ao disposto no art. 212 da Constituição Federal;

IV – não está inadimplente:

a) com as obrigações previstas na legislação do FGTS e do INSS;

b) com a prestação de contas relativa a recursos anteriormente recebidos da Administração Pública Estadual, mediante contratos, convênios, ajustes, contribuições, subvenções sociais e similares;

c) com a prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado, inclusive quanto à remessa de Balancetes, Relatórios Bimestrais Resumidos da Execução Orçamentária e Relatórios de Gestão Fiscal.

V – os projetos ou as atividades contemplados pelas transferências estejam inclusas na Lei Orçamentária do Município a que estiver subordinada a unidade beneficiada ou em créditos adicionais abertos no exercício;

VI – atenda ao disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 14 de setembro de 2000 c/c a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que trata da aplicação mínima de recursos em ações e serviços públicos de saúde.

Art. 54. É obrigatória a contrapartida dos Municípios para recebimento de recursos, mediante convênios, acordos, ajustes e similares firmados com o Governo Estadual, podendo ser atendida através de recursos financeiros, humanos ou materiais, ou de bens e serviços economicamente mensuráveis, tendo como limites mínimos:

I – 3% (três por cento) do valor total da transferência para os Municípios com coeficiente de FPM menor ou igual a 1,6 (um vírgula seis);

II – 5% (cinco por cento) do valor total da transferência para os Municípios com coeficiente de FPM maior que 1,6 (um vírgula seis) e menor ou igual a 2,4 (dois vírgula quatro);



ESTADO DA PARAÍBA

III – 8% (oito por cento) do valor total da transferência para os Municípios com coeficiente de FPM maior que 2,4 (dois vírgula quatro).

§ 1º Aos Municípios, quando firmarem convênio com o Estado, será exigida uma contrapartida solidária, conforme estabelecido em legislação estadual.

§ 2º A exigência da contrapartida poderá ser dispensada quando:

I - os recursos forem oriundos de emendas parlamentares individuais ou de operações de crédito internas ou externas, salvo quando o contrato dispuser de forma diferente;

II - o Município encontrar-se em situação de calamidade pública, formalmente reconhecida, durante o período em que esta subsistir desde que os recursos a serem transferidos sejam destinados ao atendimento da situação de calamidade;

III - a transferência de recursos for destinada a ações de educação básica e/ou de saúde.

§ 3º A contrapartida de que trata o *caput* deste artigo poderá ser dispensada em face da pactuação de contrapartida solidária.

Art. 55. Para o efeito desta Lei, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal. O processamento de transferências de recursos do Estado e/ou de suas entidades da administração indireta a outro ente da Federação deve observar os dispositivos legais.

Art. 56. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, autorizada nos termos da Lei nº 7.020/2001, ou por outra lei específica, deverá atender às condições estabelecidas nesta Lei e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais. O Processamento de transferências de recursos do Estado e/ou de suas entidades da administração indireta a pessoas físicas ou jurídicas deve ocorrer de acordo com a legislação que rege a matéria.

Art. 57. Caberá ao órgão concedente acompanhar a execução das ações desenvolvidas com os recursos transferidos pelo Estado, bem como cobrar, receber, processar, analisar e emitir parecer conclusivo sobre as prestações de contas, total ou parcial.

Parágrafo único. Diante da omissão em prestar contas do conveniente, o concedente deverá instaurar a competente Tomada de Contas Especial



ESTADO DA PARAÍBA

(TCE), cujos autos deverão ser encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado e cópias destes para a Procuradoria Geral do Estado, se for o caso, para propositura das ações judiciais que se fizerem necessárias para o resguardo do Tesouro Estadual.

SEÇÃO V

Das Disposições Relativas às Sentenças Judiciárias

Art. 58. A Lei Orçamentária de 2021 incluirá dotações para o pagamento de sentenças judiciárias.

Parágrafo único. A não utilização dos créditos orçamentários consignados às Sentenças Judiciárias nos fins previstos no *caput* até 30 de novembro de 2021, poderá dar cobertura a créditos adicionais para suprir insuficiência orçamentária nas despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO V

Das Disposições Sobre Alterações na Legislação Tributária

Art. 59. A concessão ou a ampliação de benefício fiscal somente poderá ocorrer se atendidas as determinações contidas no art. 14 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 60. Na estimativa das receitas do Projeto da Lei Orçamentária Anual, serão considerados os efeitos de alterações na legislação tributária que sejam realizadas até 31 de julho de 2020, em especial:

- I – modificações na legislação tributária decorrente de alterações no Sistema Tributário Nacional;
- II – concessão, redução e revogação de isenções fiscais;
- III – modificação de alíquotas dos tributos de competência estadual;
- IV – outras alterações na legislação modificando a receita tributária.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Relativas às Despesas Com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 61. As despesas de pessoal e os encargos sociais serão estimadas para o exercício de 2021 com base nas despesas pagas no mês de julho de 2020, observando a legislação em vigor e os limites previstos na Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Na projeção das despesas de que trata o *caput* deste artigo, serão considerados ainda os valores referentes a férias, 13º mês de



ESTADO DA PARAÍBA

vencimentos, eventuais acréscimos legais, impactos do salário mínimo, impacto do piso nacional do magistério, revisão geral anual das remunerações e outras variáveis que afetam as despesas de pessoal e encargos sociais.

Art. 62. A admissão de servidores, no exercício de 2021, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal somente ocorrerá, se:

I – existirem cargos vagos a preencher;
II – houver vacância dos cargos ocupados;
III – houver dotação orçamentária suficiente para o atendimento integral da despesa, inclusive dos encargos previdenciários e trabalhistas devidos;

IV – forem observados, cumulativamente, os limites das despesas com pessoal, previstos nos artigos 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 63. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos ou reajustamento de remuneração, inclusive a revisão geral anual das remunerações e proventos em geral dos servidores; criação de cargos, empregos e funções; alterações de estrutura de cargos e carreiras de pessoal dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado e da Defensoria Pública e de suas entidades descentralizadas, instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, desde que obedecidos, cumulativamente, os limites estabelecidos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, observado em relação à revisão geral anual das remunerações o que dispõem os artigos 17 e seu § 6º, o inciso I do art. 22 e o art. 71 dessa Lei Complementar.

Parágrafo único. A concessão de quaisquer vantagens pecuniárias a servidores ativos que, por força do princípio da paridade, deva ser estendida a servidores Inativos e/ou Pensionistas só devem ser concedidas quando houver crédito orçamentário vinculado à PBPREV em valor suficiente para suportar o aumento da despesa.

Art. 64. Na forma do art. 37, da Constituição Federal, ficam os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, bem como o Tribunal de Contas, o Ministério Público e a Defensoria Pública, autorizados a realizar concurso público, desde que devidamente justificado, e observando os limites definidos nos art. 19 e 20, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, em consonância ao que determina seu art. 71.

Art. 65. Na insuficiência de dotação orçamentária para atendimento ao disposto no *caput* dos arts. 60, 61 e 62 poderão ser abertos créditos adicionais desde que comprovada a disponibilidade de recursos, a capacidade de pagamento do Tesouro Estadual e obediência aos limites previstos nos artigos 19, 20 e 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal.



ESTADO DA PARAÍBA

Art. 66. Na elaboração de suas propostas orçamentárias, os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, o Ministério Público, o Tribunal de Contas do Estado e a Defensoria Pública do Estado, para o montante da despesa de pessoal e encargos sociais, observarão os limites estabelecidos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 67. A realização de gastos adicionais com pessoal, a qualquer título, quando a despesa houver extrapolado os percentuais previstos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000, somente poderão ocorrer, quando destinado ao atendimento de relevantes interesses públicos, de situações emergenciais de risco ou prejuízo para a sociedade e à revisão geral anual das remunerações dos servidores públicos prevista na Constituição especialmente os voltados para as áreas de saúde, educação, assistência social e segurança pública.

Art. 68. A Secretaria de Estado da Administração deverá, na condição de gestora do Sistema de Recursos Humanos e depositária, através da CODATA, de todos os dados e informações sobre gastos com pessoal e encargos de todos os Poderes e Órgãos do Estado, publicar, até 30 (trinta) dias após o bimestre vencido, por Unidade Orçamentária, demonstrativos com a remuneração de pessoal realizada no bimestre anterior, evidenciando os quantitativos físicos, os vencimentos, as vantagens de qualquer espécie e as gratificações pagas aos servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado e da Defensoria Pública.

Art. 69. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único. Para atendimento do *caput* deste artigo, serão consideradas “Outras Despesas de Pessoal” as seguintes:

I - despesas decorrentes de serviços prestados por pessoas físicas não enquadradas nos elementos de despesas específicas, pagas diretamente a estas para realização de trabalhos técnicos inerentes às competências do órgão ou entidade, que, comprovadamente, não possam ser desempenhados por servidores ou empregados da Administração Pública Estadual;

II - despesas com a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 70. Não são consideradas, para efeito do cálculo dos limites da despesa de pessoal, aquelas realizadas com o pagamento de pessoas físicas, de caráter eventual, para conservação, recuperação, instalação, ampliação e pequenos reparos de bens móveis, imóveis, equipamentos e materiais permanentes e de serviços



ESTADO DA PARAÍBA

complementares que não constituem atribuições do órgão ou entidade contratante.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Relativas à Dívida Pública Estadual

Art. 71. Na Lei Orçamentária para o exercício de 2021, as despesas com juros, amortização e demais encargos da dívida pública estadual serão fixadas com base nas operações contratadas e nas autorizações concedidas até um mês antes do encaminhamento do projeto de lei à Assembleia Legislativa.

Art. 72. Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos, para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades, exceto se comprovado documentalmente erro de origem técnica ou legal na alocação desses recursos ou por meio da abertura de créditos adicionais com autorização específica.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Art. 73. O Projeto da Lei Orçamentária será encaminhado à Assembleia Legislativa até o dia 30 de setembro do corrente ano e devolvido para sanção até o encerramento dos trabalhos legislativos do exercício.

§ 1º Simultaneamente com o encaminhamento à sanção do Governador do Estado, do autógrafo do Projeto de Lei do Orçamento Anual, o Poder Legislativo enviará cópias das emendas nele aprovadas, para serem incorporadas ao texto da Lei e de seus anexos, quando não seja possível a inserção no autógrafo elaborado pela Assembleia Legislativa.

§ 2º O veto governamental, a emenda de remanejamento ou apropriação sobrestará a movimentação do crédito orçamentário, que ficará provisoriamente consignado à Reserva para Cobertura de Emendas Parlamentares, Código 9998, e o Governador do Estado sancionará e publicará o texto da Lei, levando em consideração o efeito do veto.

§ 3º Mantido o veto pela Assembleia Legislativa, os recursos orçamentários das emendas de remanejamento ou apropriação serão consignados definitivamente à Reserva para Cobertura de Emendas Parlamentares, Código 9999.9998.0287, podendo ser utilizado conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do § 8º do art. 166 da Constituição Federal.

§ 4º Rejeitado o veto pela Assembleia Legislativa serão promulgadas as emendas, e quando for o caso, as partes do texto da lei alteradas pelas



ESTADO DA PARAÍBA

respectivas emendas nos termos do § 5º e § 7º do art. 65 da Constituição Estadual e, a movimentação do crédito orçamentário se confirma, com alteração dos quadros orçamentários da Lei Orçamentária vigente, nos termos das emendas de remanejamento ou de apropriação aprovadas.

Art. 74. Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado para sanção até 31 de dezembro de 2020, a programação nele constante poderá ser executada até o limite mensal de um doze avos do total de cada Ação, na forma da proposta remetida ao Legislativo, até que seja sancionada e promulgada a respectiva Lei Orçamentária.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizados neste artigo.

§ 2º Não se incluem no limite previsto no *caput* as dotações para atendimento de despesas com:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamento do serviço da dívida;
- III - operações de crédito;
- IV - transferências constitucionais a Municípios;
- V - pagamento de benefícios previdenciários e do PASEP;
- VI - pagamentos de despesas decorrentes de sentenças

judiciárias.

§ 3º As despesas financiadas com recursos próprios da Administração Indireta poderão ser executadas até o limite da receita efetivamente arrecadada entre 1º de janeiro de 2021 e a data da sanção da Lei Orçamentária para o ano de 2021.

Art. 75. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2021, o cronograma anual de desembolso mensal e o programa de metas bimestrais de arrecadação, nos termos dos arts. 8º e 13º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas no Anexo de que trata o art. 21 desta Lei.

Art. 76. Se houver necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para atingir a meta de resultado primário prevista no Anexo a que se refere o art. 20 desta Lei, conforme determinado pelo art. 9º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000, será fixado percentual de limitação para o conjunto de outras despesas correntes e despesas de capital calculado de forma proporcional à participação dos Poderes, do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público e da Defensoria Pública, no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2021, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.



ESTADO DA PARAÍBA

§ 1º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes, ao Tribunal de Contas do Estado, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, até o término do mês subsequente ao final do bimestre, o montante que caberá a cada um.

§ 2º Os Poderes, o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública, com base na comunicação de que trata o § 1º deste artigo, publicarão ato, até o final do mês subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, estabelecendo os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira em cada um dos conjuntos de despesas mencionados no *caput* deste artigo.

§ 3º Caso ocorra recuperação da receita prevista, far-se-á a recomposição das dotações limitadas de forma proporcional às reduções realizadas.

Art. 77. São vedados quaisquer procedimentos, no âmbito dos sistemas de orçamento e de programação financeira que viabilizem a execução de despesas sem disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 78. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços dos órgãos da Administração Indireta do Poder Executivo para atender programas prioritários de Governo.

Art. 79. O Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD será parte integrante da Lei Orçamentária Anual – LOA de 2021, especificando, para cada categoria de programação, os grupos de despesas e respectivos desdobramentos até o nível de Modalidade de Aplicação, observados o disposto no art. 9º desta Lei.

Art. 80. Os relatórios resumidos da execução orçamentária serão elaborados e divulgados na conformidade dos arts. 52 e 53 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF da Secretaria do Tesouro Nacional – STN em vigor para o referido exercício financeiro.

Art. 81. O Poder Executivo enviará à Assembleia Legislativa, por meio eletrônico, o Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2021.

Art. 82. Os custos dos programas financiados com recursos do Tesouro deverão ser apurados considerando os parâmetros setoriais utilizados na elaboração de orçamentos e planilhas de composição de custos em uso no âmbito de: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA; Departamento de Estradas de Rodagem – DER-PB; Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado - SUPLAN; Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente – SEIRHMA, ou parâmetros nacionais a exemplo do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI/Caixa Econômica Federal - CAIXA e Sistema de Custos Referenciais de Obras -SICRO/Departamento



ESTADO DA PARAÍBA

Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Art. 83. A Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG) divulgará, através do Portal da Transparência do Governo do Estado da Paraíba - <http://transparencia.pb.gov.br/orcamento/normas-orcamentarias> – a Lei de Diretrizes Orçamentária, o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA,
em João Pessoa, 24 de Setembro de 2020; 132º da Proclamação da República.

JOÃO AZEVEDO LINS FILHO
Governador

FAVOR
RUBRICAR
ANEXO.
* ATÉ FL. 54



ESTADO DA PARAÍBA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2021 ANEXO I – METAS FISCAIS

O Anexo de Metas Fiscais é parte integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias, exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e apresentado na forma do estabelecido no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF (10ª edição) da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. O Anexo de Metas Fiscais abrange os Órgãos da Administração Direta, dos Poderes e entidades da Administração Indireta, constituídas pelas autarquias, fundações e fundos especiais, empresas públicas dependentes e sociedades de economia mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

O Anexo de Metas Fiscais compreende:

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior (art. 4º, § 2º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000)

A avaliação do cumprimento das metas Fiscais relativas ao exercício anterior, é feita em conformidade com o que dispõe o art. 4º, §2º, inciso II, da Lei Complementar Nacional nº 101, de 4 de maio de 2000, comparando-se os resultados fiscais alcançados pelo Estado no exercício financeiro de 2019, com as metas fiscais fixadas na LDO para o mesmo exercício.

No exercício de 2019, o Governo do Estado pautou-se pelos princípios da prudência e do equilíbrio orçamentário e financeiro.

O demonstrativo abaixo apresenta os resultados alcançados na execução orçamentária do Estado no exercício de 2019, onde se apura as metas fiscais em relação aos limites fixados na LDO/2019 - Lei nº 11.162, de 13 de julho de 2018.

Na análise do Demonstrativo observa-se que as Receitas Primárias alcançaram o valor de R\$ 10.551.804 mil, ficando acima 3,26%, do valor estimado na LDO/2019 e as Despesas Primárias, estas atingiram o montante de R\$ 9.807.010 mil, apresentando uma economia de 2,05%, em relação ao valor previsto na LDO/2019.

O Resultado Primário apurado pela diferença entre as receitas e despesas fiscais, apresentou um resultado positivo de R\$ 744.794 mil, em relação à meta estabelecida.

Para o Resultado Nominal a LDO/2019 estabeleceu o valor positivo de R\$ 189.379 mil e o valor apurado foi de R\$ 726.943 mil positivo, indicando uma redução no estoque da Dívida Fiscal líquida ao final do exercício.

O estoque da Dívida Consolidada em 2019 totalizou R\$ 4.472.372 mil com uma variação negativa de 0,32% em relação ao estabelecido na LDO.

A Dívida Consolidada Líquida – DCL totalizou R\$ 2.382.453 mil, apontando um decréscimo de 23,53% em relação ao saldo de R\$ 3.064.297 mil existente em 2018.



ESTADO DA PARAÍBA

R\$ Milhares

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em <Ano-2> 2019 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2019 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	12.009.089	14,48	11.376.560	18,24	784.505	7,41
Receitas Primárias (I)	11.644.858	13,97	10.551.804	16,91	332.776	3,26
Despesa Total	12.009.089	14,48	10.728.903	17,20	136.848	1,29
Despesas Primárias (II)	11.437.858	13,69	9.807.010	15,72	-205.018	-2,05
Resultado Primário (III) = (I-II)	207.000	0,28	744.795	1,19	537.795	259,80
Resultado Nominal	189.379	0,31	726.943	1,17	500.256	220,68
Dívida Pública Consolidada	4.486.533	6,13	4.472.372	7,17	-14.161	-0,32
Dívida Consolidada Líquida	3.175.613	4,34	2.382.453	3,82	-793.160	-24,98

FONTE: Lei nº 11.162/2018 (LDO/2019) e RREO 6º Bimestre de 2019.

2. Metas Anuais (art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 101/2000).

As metas anuais do Governo do Estado da Paraíba, propostas para o triênio 2021/2023, demonstradas nas tabelas abaixo, reflete a responsabilidade e o esforço do Governo Estadual em manter a estabilidade fiscal com o objetivo de promover uma gestão equilibrada e transparente das finanças públicas.

As metas fixadas para o período de 2021 a 2023 tiveram como referência as expectativas em relação ao crescimento sustentável da economia do Estado, o incremento das receitas não financeiras, o controle sobre as despesas de manutenção da administração estadual, bem como o compromisso com o programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal.

Para 2021 a meta de Superávit Primário estabelecida prevê a manutenção do esforço fiscal no sentido de obter um desempenho satisfatório na arrecadação como requisito fundamental para elevar o nível de investimentos do setor público e manter serviços de qualidade para a população.

Os Resultados Nominais para o período em referência apontam para redução do estoque da dívida consolidada.

A Dívida Consolidada Líquida – DCL para 2021 mantém o endividamento do Estado abaixo dos patamares estabelecidos pela lei de Responsabilidade Fiscal e das resoluções do Senado Federal.

As metas fiscais propostas para o período em referência foram geradas mediante a adoção de uma política fiscal responsável e comprometida com o equilíbrio orçamentário e financeiro do Estado, mas que em função do cenário macroeconômico e do comportamento das variáveis utilizadas, os valores previstos neste projeto devem ser vistos como indicativos, podendo ser revistos para os referidos exercícios.



ESTADO DA PARAÍBA

2.1. Metas Fiscais para o período 2021-2023, a preços correntes e constantes.

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	2021				2022				2023			
	VALOR	VALOR	% PIB	% RCL	VALOR	VALOR	% PIB	% RCL	VALOR	VALOR	% PIB	% RCL
	Corrente (a)	Constante	(a / PIB) x 100	(a / RCL) x 100	Corrente (b)	Constante	(b / PIB) x 100	(b / RCL) x 100	Corrente (c)	Constante	(c / PIB) x 100	(c / RCL) x 100
Receita Total	11.217.857	10.734.940	14,82	111,11	11.352.214	10.746.133	14,27	111,11	11.571.736	10.896.000	13,85	111,11
Receitas Primárias (I)	10.668.358	10.397.590	14,09	105,67	10.885.725	10.496.954	13,69	106,55	11.196.583	10.595.633	13,40	107,51
Despesa Total	10.450.770	10.734.940	13,81	103,51	10.571.785	10.546.133	13,29	103,47	10.684.503	10.754.123	12,79	102,59
Despesas Primárias (II)	10.201.220	10.255.792	13,48	101,04	10.303.245	10.288.866	12,95	100,84	10.506.277	10.460.822	12,57	100,88
Resultado Primário (III) = (I-II)	134.000	141.798	0,18	1,33	121.000	108.088	0,15	1,18	149.000	134.811	0,18	1,43
Resultado Nominal	75.000	85.079	0,10	0,74	46.000	41.091	0,06	0,45	67.200	65.000	0,08	0,65
Dívida Pública Consolidada	5.310.988	4.191.026	7,02	52,60	5.943.015	4.043.103	7,47	58,17	6.783.709	4.006.155	8,12	65,14
Dívida Consolidada Líquida	3.055.965	2.938.851	4,04	30,27	3.609.067	2.985.107	4,54	35,32	4.368.072	3.335.576	5,23	41,94
Receitas Primária advindas de PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primária advindas de PPP (V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impacto da saída das PPP (VI) = (IV - V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando o seguinte cenário macroeconômico.

VARIÁVEIS	2021	2022	2023
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3,75	3,5	3,5
Projeção do PIB do Estado - R\$ Milhares	75.690.000	79.544.000	83.555.000
Receita Corrente Líquida - RCL	10.096.071	10.216.993	10.414.562

2.2. Metas Fiscais Atuais Comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

R\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	
Receita Total	10.702.403	11.376.560	6,30	11.010.976	-3,21	11.217.857	1,88	11.352.214	1,20	11.571.736	1,93	
Receitas Primárias (I)	10.536.233	10.551.804	0,15	10.725.689	1,65	10.668.358	-0,53	10.885.725	2,04	11.196.583	2,86	
Despesa Total	10.507.521	10.728.903	2,11	9.808.297	-8,58	10.450.770	6,55	10.571.785	1,16	10.684.503	1,07	
Despesas Primárias (II)	10.300.128	9.807.010	-4,79	9.618.118	-1,93	10.201.220	6,06	10.303.245	1,00	10.506.277	1,97	
Resultado Primário (III) = (I-II)	236.105	183.000	-22,49	172.000	-6,01	134.000	-22,09	121.000	-9,70	149.000	23,14	
Resultado Nominal	207.880	139.000	-33,13	121.000	-12,95	75.000	-38,02	46.000	-38,67	67.200	46,09	
Dívida Pública Consolidada	4.600.967	4.472.372	-2,79	4.818.755	7,74	5.310.988	10,21	5.943.015	11,90	6.783.709	14,15	
Dívida Consolidada Líquida	3.115.454	2.382.453	-23,53	2.645.239	11,03	3.055.965	15,53	3.609.067	18,10	4.368.072	21,03	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	
Receita Total	10.330.505	10.482.824	1,47	10.792.308	2,95	10.734.940	-0,53	10.746.133	0,10	10.896.000	1,39	
Receitas Primárias (I)	10.170.109	10.113.644	-0,56	10.397.115	2,80	10.397.590	0,00	10.496.954	0,96	10.595.633	0,94	
Despesa Total	10.142.395	10.482.824	3,36	10.792.308	2,95	10.734.940	-0,53	10.546.133	-1,76	10.754.123	1,97	
Despesas Primárias (II)	9.942.208	9.908.779	-0,34	10.229.808	3,24	10.255.792	0,25	10.288.866	0,32	10.460.822	1,67	
Resultado Primário (III) = (I-II)	227.901	204.865	-10,11	167.307	-18,33	141.798	-15,25	108.088	-23,77	134.811	24,72	
Resultado Nominal	200.656	224.349	11,81	103.846	-53,71	85.079	-18,07	41.091	-51,70	65.000	58,19	
Dívida Pública Consolidada	4.441.088	4.440.265	-0,02	4.373.748	-1,50	4.191.026	-4,18	4.043.103	-3,53	4.006.155	-0,91	
Dívida Consolidada Líquida	3.007.195	3.142.864	4,51	2.828.813	-9,99	2.938.851	3,89	2.985.107	1,57	3.335.576	11,74	

Fonte: SIAF / CGE - GEPAFE / SEPLAG



ESTADO DA PARAÍBA

3. Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Anuais (art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000)

I – RECEITAS CORRENTES

Receita Tributária

a) As Receitas Tributárias, compostas pelo ICMS, IPVA e ITCD, foram projetadas para os exercícios de 2021, 2022 e 2023, deduzidas as renúncias fiscais estimadas de acordo com o inciso I do art. 14 da LRF, considerando-se a projeção de 2020, aplicando-se as expectativas de inflação de 3,75%, 3,5% e 3,5%, e o PIB de 2%, 2,5% e 2,5%, respectivamente. Compõem os valores projetados o Principal, a Correção, a Multa e Juros de Mora, incidentes nesses tributos.

Fonte: Secretaria de Estado da Receita – SER/PB.

b) Para estimar o Fundo de Combate a Pobreza utilizou-se dos índices de crescimento projetados para o ICMS.

Fonte: Secretaria de Estado da Receita – SER/PB.

c) O Imposto de Renda retido nas Fontes foi estimado em função da participação sobre as folhas de pagamento projetadas para, 2021, 2022 e 2023 e o perfil de incidência do tributo sobre os níveis salariais.

Fonte: Secretaria de Estado da Administração – SEAD/PB.

d) As Taxas foram estimadas levando-se em consideração as previstas para 2020, atualizadas pela expectativa de inflação para 2020 de 3,75% para 2021. Para os anos de 2022 e 2023 aplicou-se o IPCA de 3,5% e 3,5%, respectivamente. (IPCA, apurado pela pesquisa FOCUS).

Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG/PB.

Receita de Serviços – Para estimar as receitas de Serviços de Saúde (hospitalares e ambulatoriais) e dos Repasses (Fundo a Fundo) do Sistema Único de Saúde (SUS) considerou-se para 2021 o levantamento dessas receitas em 2019, e os valores já recebidos no exercício de 2020. Para os anos de 2022 e 2023, projetou-se um incremento de 3,5% e 3,5%, respectivamente. As demais Receitas de Serviços foram estimadas com base nas previstas para 2020, atualizada pela expectativa de inflação para 2020 de 3,5% para o ano de 2021. Para os anos de 2022 e 2023 aplicou-se o IPCA de 3,5% e 3,5%, respectivamente. (IPCA 2022-2023, apurado pela pesquisa FOCUS).

Fontes: Secretaria de Estado da Saúde - SES/SEPLAG

Transferências Correntes

a) Transferências Intergovernamentais - compostas pelo FPE, IPI, LC 87/96 (Lei Kandir), Salário Educação e FNDE, foram estimadas com base na arrecadação de 2019, atualizada pela expectativa de inflação para 2020 de 3,75% e aplicado para 2021. Para os anos de 2022 e 2023 aplicou-se o IPCA de 3,5% e 3,5%, respectivamente. (IPCA 2022-2023, apurado pela pesquisa FOCUS).

b) Transferências Multigovernamentais - compostas pela Transferência e Complementação dos recursos da União ao FUNDEB para o foram estimadas com base na previsão do orçamento de 2020, aplicado o IPCA de 3,75% para 2021. Para os anos de 2022 e 2023



ESTADO DA PARAÍBA

aplicou-se o IPCA de 3,5% e 3,5% respectivamente. (IPCA 2020-2022, apurado pela pesquisa FOCUS). Também, observaram-se os parâmetros estabelecidos na forma do Anexo I da Portaria Interministerial Nº 08, de 26 de dezembro de 2016.

c) Demais Transferências da União - estimadas com base na arrecadação de 2019, atualizada pela expectativa de inflação para 2020 de 3,75% e aplicado o IPCA de 3,10% para 2020. Para os anos de 2022 e 2023 aplicou-se o IPCA de 3,5% respectivamente. (IPCA 2021-2023, apurado pela pesquisa FOCUS).

Fontes: Secretaria de Estado da Educação - SEE/SEPLAG/PB.

II - RECEITA DE CAPITAL

Operações de Crédito - estimadas considerando as operações já contratadas.

Fonte: Controladoria Geral do Estado - CGE/PB.

III – DESPESAS CORRENTES -

a) Pessoal e Encargos Sociais – projetou-se o ano de 2021 considerando os aumentos de salário mínimo, dissídio coletivo, concursos, férias, crescimento vegetativo entre outros aumentos que entram na folha de pessoal. Para os anos de 2021, 2022 e 2023, foram considerados os mesmos incrementos utilizados em 2020.

Fonte: Secretaria de estado da Administração - SEAD

b) Juros e Encargos da Dívida – projetados considerando um índice de correção de 4%, 3,75%, 3,5% e 3,5% a.a., respectivamente em 2020, 2021, 2022 e 2023.

Fonte: Controladoria Geral do Estado - CGE/PB.

c) Outras Despesas Correntes – projetadas com base na paga de 2019, atualizada pela expectativa de inflação para 2021 de 3,75%. Para os anos de 2022 e 2023 aplicou-se o IPCA de 3,5% e 3,5%, respectivamente. (IPCA 2021-2023, apurado pela pesquisa FOCUS).

Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG/PB.

IV – DESPESAS DE CAPITAL

a) Investimentos e Inversões Financeiras – projetadas levando-se em consideração o orçamento de 2020, atualizada pela expectativa de inflação para 2021 de 3,75%. Para os anos de 2022 e 2023 aplicou-se o IPCA de 3,5% e 3,5%, respectivamente. (IPCA 2021-2023, apurado pela pesquisa FOCUS).

b) Amortização da Dívida – projetados considerando um índice de correção de 4,00%, 3,75%, 3,5% e 3,5% a.a., respectivamente em 2020, 2021, 2022 e 2023.

Fonte: Controladoria Geral do Estado - CGE/PB.

V – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – conforme o artigo 33, desta Lei.

Nota: Para calcular as despesas das Metas Fiscais foram consideradas projeções em relação às despesas pagas e, também, a projeção dos restos a pagar processados e não processados conforme estabelecido na 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.



ESTADO DA PARAÍBA

4. Evolução do Patrimônio Líquido (art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000)

O quadro abaixo demonstra a evolução do saldo patrimonial do Estado nos exercícios de 2017 a 2019, conforme os respectivos Balanços Patrimoniais.

R\$ Milhares

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	15.787.017	96,06	15.186.060	99,46	12.570.409	99,56
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	22.736	0,52	82.455	0,54	55.629	0,44
TOTAL	15.809.752	96,58	15.268.515	100,00	12.626,038	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio	62.705	100,00	293.043	100,00	76.545	100,00
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
TOTAL	62.705	100,00	293.049	100,00	76,545	100,00

Fonte: SIAF - CGE, BGE - Fiscal e Seguridade Social/2019 e Balanço Patrimonial da PBPREV/2019

5. Origem e Aplicação dos Recursos de Desestatizações (art. 4º, § 2º, Inciso III, da Lei Complementar Federal nº 101/2000) - Este demonstrativo apresenta a receita de capital oriunda da Alienação de Ativos

R\$ Milhares

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2019	2018	2017
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	1.253	2.474	2.008
Alienação de Bens Móveis	1.253	2.474	2.008
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2019	2018	2017
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	1.253	2.474	2.008
DESPESAS DE CAPITAL	1.253	2.474	2.008
Investimentos	1.253	2.474	2.008
inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2019	2018	2017
VALOR (III)	(g) = ((Ia - Id) + IIh)	(h) = ((Ib - Ie) + IIIi)	(i) = (Ic - IIj)

FONTES: SIAF - Anexo 10 da Lei nº 4.320/64 e RREO 6º Bimestre/2019.



ESTADO DA PARAÍBA

6. Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Geral de Previdência (art. 4º, § 2º, inciso IV da Lei Complementar Federal nº 101/2000).

A Paraíba Previdência - PBPREV é uma entidade autárquica, dotada de autonomia administrativa e financeira, criada pela Lei nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003, com a finalidade de administrar e conceder aposentadorias e pensões devidas aos servidores públicos estaduais e seus dependentes.

O demonstrativo abaixo apresenta as receitas e despesas previdenciárias do Regime Próprio da Previdência Social, realizadas nos últimos três exercícios.

6.1. Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
	2019	2018	2017
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	126.443.459	92.788.985	67.801.249
RECEITAS CORRENTES (I)	27.388.210	26.070.924	19.815.606
Receita de Contribuições dos Segurados	23.710.208	22.666.984	17.471.468
Civil	23.710.208	22.666.984	17.471.468
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	3.678.003	3.403.940	2.344.138
Militar	3.677.408	3.403.940	2.344.138
Ativo	0	0	0
Inativo	594	0	0
Pensionista	57.633.352	51.478.592	38.625.730
Receita de Contribuições Patronais	50.278.516	44.272.992	33.937.440
Civil	50.278.516	44.272.992	33.937.440
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	7.354.836	6.808.896	4.688.290
Militar	7.354.836	6.808.896	4.688.290
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	396.704	0
Em Regime de Parcelamento de Débitos	41.421.898	15.186.968	9.269.713
Receita Patrimonial	0	0	0
Receitas Imobiliárias	41.416.575	15.186.968	9.269.713
Receitas de Valores Mobiliários	5.322	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	0	52.501	90.199
Outras Receitas Correntes	0	0	0
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0	0	0
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0	52.501	90.199
Demais Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	126.443.459	92.788.985	67.801.249



ESTADO DA PARAÍBA

	2019	2018	2017
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
ADMINISTRAÇÃO (IV)	186	258	0
Despesas Correntes	186	258	0
Despesas de Capital	0	0	0
PREVIDÊNCIA (V)	246.091	175.491	136.964
Benefícios - Civil	205.923	163.089	136.964
Aposentadorias	12.974	12.402	12.181
Pensões	192.949	150.687	124.783
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0
Benefícios - Militar	40.169	12.402	0
Reformas	0	0	0
Pensões	40.169	12.402	0
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	246.277	175.748	136.964
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	126.197.182	92.613.237	67.664.285

	2019	2018	2017
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
VALOR			
RESERVAS ORÇAMENTÁRIAS DO RPPS			
VALOR	66.495.000	68.020.000	58.500.000
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aportes Periódicos de valores Predefinidos			
Outros Aportes Para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS			
Caixa e Equivalente de Caixa	464.139.260	322.994.754	128.522.080
Investimentos em Aplicações	21.765.153	16.916.112	18.608.012
Outros Bens e Direitos			



ESTADO DA PARAÍBA

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2018	2017
RECEITAS CORRENTES (VIII)			
Receita de Contribuições dos Segurados	728.936.674	710.924.631	708.888.063
Civil	261.595.654	259.464.680	260.255.631
Ativo	231.890.953	229.676.659	229.841.126
Inativo	186.725.412	186.186.806	186.384.690
Pensionista	31.440.064	29.718.089	29.341.851
Militar	13.725.478	13.771.764	14.114.584
Ativo	29.704.701	29.788.021	30.414.505
Inativo	27.026.184	27.350.997	28.038.773
Pensionista	2.295.939	2.054.026	1.981.982
Em Regime de Parcelamento de Débitos	382.577	382.999	393.751
Receita de Contribuições Patronais	429.462.658	413.684.643	416.983.151
Civil	375.409.810	358.982.177	416.983.151
Ativo	375.409.810	358.982.177	360.905.152
Inativo	0	0	56.077.999
Pensionista	0	0	0
Militar	54.052.848	54.702.466	0
Ativo	54.052.848	54.702.466	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	862.011	644.184	1.073.835
Receitas Imobiliárias	81.866	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	780.144	582.434	974.235
Outras Receitas Patrimoniais	0	61.750	99.600
Receita de Serviços	0	0	0
Receita de Aportes Periódicos de Valores Predefinidos	0	0	0
Outras Receitas Correntes	37.016.351	37.131.124	30.575.446
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	37.016.351	37.055.082	30.456.604
Demais Receitas Correntes	0	76.042	118.843
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0	-81.724	-116.833
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)	728.936.674	710.842.907	708.771.230
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
ADMINISTRAÇÃO (XI)	8.011.238	7.666.119	7.187.696
Despesas Correntes	7.949.936	7.554.569	7.159.697
Despesas de Capital	61.302	111.550	27.999
PREVIDÊNCIA (XII)	2.195.215.296	2.098.610.410	1.981.024.254
Benefícios - Civil	1.843.130.626	1.765.510.174	1.667.477.957
Aposentadorias	1.423.151.133	1.355.882.423	1.269.013.796
Pensões	419.979.492	409.627.751	398.464.161
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0
Benefícios - Militar	352.084.670	331.060.322	313.546.296
Reformas	260.931.122	242.496.792	226.986.195
Pensões	91.153.549	88.563.530	86.560.101
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	0	2.039.913	0
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0	2.039.913	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)	2.203.226.534	2.106.276.529	1.988.211.950
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)	-1.474.289.860	-1.395.433.622	-1.279.440.719
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	1.494.476.194	1.508.913.514	1.118.201.018
Recursos Para Formação de Reservas	0	0	0



ESTADO DA PARAÍBA

6.2. Receitas Previdenciárias do RPPS para o período de 2021-2023

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

FUNDO PREVIDENCIARIO FINANCEIRO					
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	FONTE	2021	2022	2022
1000.00.0.0	RECEITAS CORRENTES		315.766.824,24	312.609.156,00	309.483.273,86
1200.00.0.0	Contribuições	270	315.766.824,24	312.609.156,00	309.483.273,86
1210.00.0.0	Contribuições Sociais	270	315.766.824,24	312.609.156,00	309.483.273,86
1218.00.0.0	Contribuições Sociais Específicas de Estados, DF e Municípios	270	315.766.824,24	312.609.156,00	309.483.273,86
1218.01.0.0	Contribuição do Servidor Civil para o Plano de Seguridade Social - CPSSS	270	290.033.536,25	287.133.200,88	284.262.078,29
1218.01.1.0	CPSSS do Servidor Civil Ativo	270	231.805.878,38	229.487.819,60	227.192.941,40
1218.01.1.1	CPSSS do Servidor Civil Ativo	270	231.805.878,38	229.487.819,60	227.192.941,40
1218.01.2.0	CPSSS do Servidor Civil Inativo	270	35.380.196,54	35.026.394,57	34.676.130,62
1218.01.2.1	CPSSS do Servidor Civil Inativo	270	35.380.196,54	35.026.394,57	34.676.130,62
1218.01.3.0	CPSS do Servidor Civil - Pensionistas	270	17.280.907,23	17.108.098,16	16.937.017,18
1218.01.3.1	CPSS do Servidor Civil - Pensionistas	270	17.280.907,23	17.108.098,16	16.937.017,18
1218.01.4.0	CPSSS Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Ativo	270	2.161.829,42	2.140.211,13	2.118.809,02
1218.01.4.1	CPSSS Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Ativo	270	2.161.829,42	2.140.211,13	2.118.809,02
1218.01.5.0	CPSSS Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Inativo	270	3.394.148,13	3.360.206,65	3.326.604,58
1218.01.5.1	CPSSS Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Inativo	270	3.394.148,13	3.360.206,65	3.326.604,58
1218.01.6.0	CPSSS Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas	270	10.576,55	10.470,78	10.575,49
1218.01.6.1	CPSSS Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas	270	10.576,55	10.470,78	10.575,49
1218.03.0.0	CPSSS Patronal-Servidor Civil-Específico de Estado/DF/Mun	270	335.768,89	332.411,20	329.087,09
1218.03.1.0	CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo	270	335.768,89	332.411,20	329.087,09
1218.03.1.1	CPSSS-Patronal Servidor Civil Ativo Principal	270	335.768,89	332.411,20	329.087,09
1218.05.0.0	Contribuição dos Militares e Pensionistas p/Previdencia Militar de Estado	270	25.397.519,11	25.143.543,92	24.892.108,48
1218.05.1.0	Contribuição do Militar Ativo	270	23.107.387,68	22.876.313,80	22.647.550,66
1218.05.1.1	Contribuição do Militar Ativo	270	23.107.387,68	22.876.313,80	22.647.550,66
1218.05.2.0	Contribuição do Militar Inativo	270	1.963.027,93	1.943.397,65	1.923.963,67
1218.05.2.1	Contribuição do Militar Inativo	270	1.963.027,93	1.943.397,65	1.923.963,67
1218.05.3.0	Contribuições de Pensionista Militar	270	327.103,50	323.832,46	320.594,14
1218.05.3.1	Contribuições de Pensionista Militar	270	327.103,50	323.832,46	320.594,14
1300.00.0.0	RECEITA PATRIMONIAL		862.010,63	862.010,63	862.010,63
1310.00.0.0	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	270	81.866,24	81.866,24	81.866,24
1310.02.0.0	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis	270	81.866,24	81.866,24	81.866,24
1310.02.1.0	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis	270	81.866,24	81.866,24	81.866,24
1310.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis	270	81.866,24	81.866,24	81.866,24
1320.00.0.0	Valores Mobiliários	270	780.144,39	780.144,39	780.144,39
1321.00.0.0	Juros e Correção Monetária	270	780.144,39	780.144,39	780.144,39
1321.00.4.0	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPP	270	780.144,39	780.144,39	780.144,39
1321.00.4.1	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Prev. Social - RPP - Principal	270	780.144,39	780.144,39	780.144,39
1900.00.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		37.016.351,20	37.016.351,20	37.016.351,20
1990.00.0.0	Demais Receitas Correntes	270	37.016.351,20	37.016.351,20	37.016.351,20
1990.03.0.0	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e o Regime Proprio de Previd.	270	37.016.351,20	37.016.351,20	37.016.351,20
1990.03.1.0	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e o Regime Proprio de Previd.	270	37.016.351,20	37.016.351,20	37.016.351,20
1990.03.1.1	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e o Regime Proprio de Previd.	270	37.016.351,20	37.016.351,20	37.016.351,20
7000.00.0.0	RECEITAS CORRENTES INFRA-ORÇAMENTARIAS		511.849.080,69	506.730.589,88	501.663.283,98
7200.00.0.0	Contribuições	270	511.849.080,69	506.730.589,88	501.663.283,98
7210.00.0.0	Contribuições Sociais	270	511.849.080,69	506.730.589,88	501.663.283,98
7218.00.0.0	Contribuições Sociais Específicas de Estados, DF e Municípios	270	511.849.080,69	506.730.589,88	501.663.283,98
7218.03.0.0	CPSSS Patronal - Servidor Civil - Especifico de Estado/DF/Municipio	270	461.884.412,82	457.265.568,69	452.692.913,01
7218.03.1.0	CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo	270	461.884.412,82	457.265.568,69	452.692.913,01
7218.03.1.1	CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo	270	461.884.412,82	457.265.568,69	452.692.913,01
7218.04.0.0	CPSSS Patronal - Parcelamentos - Especifico de Estado/DF/Municipio	270	3.749.482,72	3.711.987,89	3.674.868,01
7218.04.1.0	CPSSS Patronal - Parcelamentos - Servidor Civil Ativo	270	3.749.482,72	3.711.987,89	3.674.868,01
7218.04.1.1	CPSSS Patronal - Parcelamentos - Servidor Civil Ativo - Principal	270	3.749.482,72	3.711.987,89	3.674.868,01
7218.07.0.0	Contribuição Patronal para Previdência Militar de Estados e DF	270	46.215.185,15	45.753.033,30	45.295.502,97
7218.07.1.0	Contribuição Patronal - Militar Ativo	270	46.215.185,15	45.753.033,30	45.295.502,97
7218.07.1.1	Contribuição Patronal - Militar Ativo	270	46.215.185,15	45.753.033,30	45.295.502,97
TOTAL (1)			865.494.266,76	857.218.107,71	849.024.919,67



ESTADO DA PARAÍBA

FUNDO PREVIDENCIARIO CAPITALIZADO

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	FONTE			
1200.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		33.686.090,63	34.022.951,54	34.363.181,06
1210.00.00	Contribuições Sociais	276	33.686.090,63	34.022.951,54	34.363.181,06
1218.00.0.0	Contribuições Sociais Especificas de Estado, DF e Municípios	276	33.686.090,63	34.022.951,54	34.363.181,06
1218.01.0.0	Contribuição do Servidor Civil Para o Plano de Seguridade Social - CPSSS	276	30.478.387,72	30.783.171,60	31.091.003,31
1218.01.1.0	CPSSS do Servidor Civil Ativo	276	30.478.387,72	30.783.171,60	31.091.003,31
1218.01.1.1	CPSSS do Servidor Civil Ativo	276	30.478.387,72	30.783.171,60	31.091.003,31
1218.05.0.0	Contribuição dos Militares e Pensionistas Para Previdência Militar do Estado	276	3.207.702,91	3.239.779,94	3.272.177,74
1218.05.1.0	Contribuição do Militar Ativo	276	3.207.702,91	3.239.779,94	3.272.177,74
1218.05.1.1	Contribuição Militar Ativo	276	3.207.702,91	3.239.779,94	3.272.177,74
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		43.085.663,32	53.816.519,95	63.951.685,15
1320.00.00	Valores Imobiliários	276	43.085.663,32	53.816.519,95	63.951.685,15
1321.00.0.0	Juros e Correção Monetária	276	43.085.663,32	53.816.519,95	63.951.685,15
1321.00.4.0	Remuneração Dos Recursos do Regime Proprio de Prev Social - RPPS	276	43.085.663,32	53.816.519,95	63.951.685,15
1321.00.4.1	Remuneração Dos Recursos do Regime Proprio de Prev Social - RPPS - Principal	276	43.085.663,32	53.816.519,95	63.951.685,15
7000.00.0.0	RECEITAS CORRENTES INFRA-ORÇAMENTÁRIAS		70.121.375,52	70.822.589,28	71.530.815,17
7200.00.0.0	Contribuições	276	70.121.375,52	70.822.589,28	71.530.815,17
7210.00.0.0	Contribuições Sociais	276	70.121.375,52	70.822.589,28	71.530.815,17
7218.00.0.0	Contribuições Sociais Especificas de Estado, DF e Municípios	276	70.121.375,52	70.822.589,28	71.530.815,17
7218.03.0.0	CPSS Patronal - Servidor Civil - Específico de Estados/DF/Municípios	276	70.121.375,52	70.822.589,28	71.530.815,17
7218.03.1.0	CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo	276	60.901.280,68	61.510.293,49	62.125.396,42
7218.03.1.1	CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo	276	60.901.280,68	61.510.293,49	62.125.396,42
7218.04.0.0	CPSSS Patronal - Parcelamentos - Específico de Estados/DF/Municípios	276	2.804.672,35	2.832.719,08	2.861.046,27
7218.04.1.0	CPSSS Patronal - Parcelamentos - Servidor Civil Ativo	276	2.804.672,35	2.832.719,08	2.861.046,27
7218.04.1.1	CPSSS Patronal - Parcelamentos	276	2.804.672,35	2.832.719,08	2.861.046,27
7218.07.0.0	Contribuição Patronal Para Previdência Militar de Estados e DF	276	6.415.422,49	6.479.576,71	6.544.372,48
7218.07.1.0	Contribuição Patronal - Militar Ativo	276	6.415.422,49	6.479.576,71	6.544.372,48
7218.07.1.1	Contribuição Patronal - Militar Ativo	276	6.415.422,49	6.479.576,71	6.544.372,48
TOTAL (2)			146.893.129,47	158.662.060,77	169.845.681,38

TOTAL GERAL (1 + 2)		1.012.387.396,24	1.015.880.168,48	1.018.870.601,04
------------------------------	--	-------------------------	-------------------------	-------------------------

Obs: Em função dos novos percentuais determinados pela reforma previdenciária, foi apurado a base de cálculo de contribuição de cada setor e aplicado as novas alíquotas de contribuição (servidor e patronal)

Para a elaboração do demonstrativo do Fundo Capitalizado, considerou-se as receitas realizadas no exercício de 2019, acrescida de uma evolução salarial média real e linear de 1% , respeitando-se portanto o limite mínimo estabelecido pela Portaria MPS 403/2008.

Para o Fundo Financeiro foi projetado um decréscimo, real e linear de 1%, considerando-se a diluição deste Fundo no decorrer dos próximos anos



ESTADO DA PARAÍBA

6.3. Projeção Atuarial do RPPS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FUNDO PREVIDENCIÁRIO FINANCEIRO LRF Art 53, § 1º, inciso II (R\$ 1,00)

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2019	728.936.674,00	2.203.226.533,84	-1.474.289.859,84	22.211.233,85
2020	729.559.930,88	2.034.286.031,60	-1.304.726.100,72	-1.282.514.866,87
2021	583.594.572,89	2.455.797.951,21	-1.872.203.378,31	-3.154.718.245,18
2022	572.978.687,94	2.497.259.794,49	-1.924.281.106,55	-5.078.999.351,73
2023	561.799.024,48	2.533.992.295,13	-1.972.193.270,65	-7.051.192.622,38
2024	549.689.786,97	2.557.637.723,56	-2.007.947.936,59	-9.059.140.558,97
2025	538.309.902,77	2.586.640.499,88	-2.048.330.597,11	-11.107.471.156,08
2026	527.443.748,06	2.611.670.588,96	-2.084.226.840,90	-13.191.697.996,99
2027	517.467.350,36	2.628.233.342,87	-2.110.765.992,51	-15.302.463.989,50
2028	506.100.216,30	2.645.826.120,57	-2.139.725.904,27	-17.442.189.893,77
2029	493.640.383,83	2.661.592.930,08	-2.167.952.546,25	-19.610.142.440,01
2030	482.443.198,41	2.668.910.609,97	-2.186.467.411,56	-21.796.609.851,57
2031	471.235.193,73	2.671.326.835,83	-2.200.091.642,09	-23.996.701.493,67
2032	459.054.802,50	2.674.430.858,05	-2.215.376.055,55	-26.212.077.549,21
2033	446.188.497,04	2.676.153.893,27	-2.229.965.396,23	-28.442.042.945,45
2034	432.817.975,85	2.675.415.057,44	-2.242.597.081,59	-30.684.640.027,03
2035	420.499.140,67	2.665.452.189,18	-2.244.953.048,51	-32.929.593.075,54
2036	407.831.488,88	2.653.569.791,59	-2.245.738.302,72	-35.175.331.378,26
2037	396.195.936,66	2.633.370.335,95	-2.237.174.399,28	-37.412.505.777,54
2038	383.830.039,80	2.612.086.873,94	-2.228.256.834,14	-39.640.762.611,68
2039	371.446.144,23	2.586.233.282,77	-2.214.787.138,54	-41.855.549.750,22
2040	358.519.830,19	2.558.712.744,18	-2.200.192.913,99	-44.055.742.664,21
2041	344.651.761,61	2.529.023.268,60	-2.184.371.506,99	-46.240.114.171,20
2042	329.559.552,30	2.501.815.860,58	-2.172.256.308,29	-48.412.370.479,48
2043	314.540.518,21	2.470.562.370,39	-2.156.021.852,18	-50.568.392.331,66
2044	300.567.644,63	2.430.433.006,51	-2.129.865.361,88	-52.698.257.693,55
2045	286.012.622,02	2.389.040.789,25	-2.103.028.167,23	-54.801.285.860,78
2046	271.713.482,05	2.342.929.262,24	-2.071.215.780,19	-56.872.501.640,97
2047	259.017.200,02	2.286.221.748,23	-2.027.204.548,21	-58.899.706.189,18
2048	247.445.329,70	2.221.741.789,47	-1.974.296.459,77	-60.874.002.648,94
2049	235.692.505,28	2.155.713.127,96	-1.920.020.622,68	-62.794.023.271,63
2050	225.040.829,75	2.083.123.716,52	-1.858.082.886,76	-64.652.106.158,39



ESTADO DA PARAÍBA

2051	214.921.554,84	2.006.522.176,02	-1.791.600.621,19	-66.443.706.779,58
2052	205.829.403,16	1.924.582.679,62	-1.718.753.276,46	-68.162.460.056,04
2053	197.053.833,59	1.840.928.437,07	-1.643.874.603,48	-69.806.334.659,52
2054	189.061.794,93	1.753.718.211,96	-1.564.656.417,03	-71.370.991.076,56
2055	181.310.422,75	1.665.909.078,56	-1.484.598.655,80	-72.855.589.732,36
2056	173.672.949,85	1.578.295.978,86	-1.404.623.029,01	-74.260.212.761,37
2057	166.032.942,78	1.491.844.328,34	-1.325.811.385,56	-75.586.024.146,93
2058	158.293.914,63	1.407.614.740,77	-1.249.320.826,14	-76.835.344.973,07
2059	150.717.065,95	1.324.549.535,45	-1.173.832.469,51	-78.009.177.442,58
2060	143.105.526,20	1.243.979.513,12	-1.100.873.986,91	-79.110.051.429,49
2061	135.541.680,95	1.165.944.769,76	-1.030.403.088,81	-80.140.454.518,30
2062	128.007.182,56	1.090.707.164,52	-962.699.981,96	-81.103.154.500,26
2063	120.551.368,93	1.018.337.071,54	-897.785.702,61	-82.000.940.202,87
2064	113.181.963,47	948.909.034,65	-835.727.071,18	-82.836.667.274,05
2065	105.933.112,90	882.402.928,10	-776.469.815,20	-83.613.137.089,25
2066	98.820.643,18	818.812.865,57	-719.992.222,40	-84.333.129.311,65
2067	91.865.103,51	758.085.943,35	-666.220.839,84	-84.999.350.151,49
2068	85.083.895,29	700.134.144,03	-615.050.248,73	-85.614.400.400,23
2069	78.493.317,39	644.884.018,10	-566.390.700,71	-86.180.791.100,94
2070	72.112.034,14	592.262.186,89	-520.150.152,75	-86.700.941.253,69
2071	65.956.252,05	542.195.578,60	-476.239.326,55	-87.177.180.580,24
2072	60.040.182,13	494.617.592,73	-434.577.410,60	-87.611.757.990,84
2073	54.379.081,74	449.476.439,48	-395.097.357,74	-88.006.855.348,58
2074	48.987.235,22	406.743.333,80	-357.756.098,58	-88.364.611.447,16
2075	43.876.652,24	366.393.110,52	-322.516.458,29	-88.687.127.905,44
2076	39.060.723,20	328.421.547,73	-289.360.824,53	-88.976.488.729,97
2077	34.548.433,06	292.822.928,79	-258.274.495,73	-89.234.763.225,70
2078	30.346.263,97	259.592.171,25	-229.245.907,28	-89.464.009.132,98
2079	26.460.145,58	228.736.422,57	-202.276.276,99	-89.666.285.409,97
2080	22.891.096,02	200.245.744,90	-177.354.648,88	-89.843.640.058,85
2081	19.637.946,43	174.105.152,22	-154.467.205,79	-89.998.107.264,64
2082	16.695.855,81	150.284.648,24	-133.588.792,43	-90.131.696.057,07
2083	14.058.528,36	128.746.288,40	-114.687.760,05	-90.246.383.817,11
2084	11.716.120,11	109.431.867,40	-97.715.747,29	-90.344.099.564,40
2085	9.657.187,44	92.272.944,28	-82.615.756,83	-90.426.715.321,24
2086	7.867.737,09	77.180.421,91	-69.312.684,82	-90.496.028.006,06
2087	6.331.804,43	64.049.717,98	-57.717.913,55	-90.553.745.919,61
2088	5.031.318,94	52.758.322,42	-47.727.003,48	-90.601.472.923,09
2089	3.946.216,02	43.166.837,64	-39.220.621,61	-90.640.693.544,70
2090	3.054.719,71	35.120.879,83	-32.066.160,12	-90.672.759.704,82
2091	2.334.201,21	28.456.050,72	-26.121.849,51	-90.698.881.554,34
2092	1.761.591,05	23.002.464,38	-21.240.873,33	-90.720.122.427,66
2093	1.314.224,45	18.590.076,68	-17.275.852,23	-90.737.398.279,90
2094	970.631,35	15.054.963,25	-14.084.331,90	-90.751.482.611,80



ESTADO DA PARAÍBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FUNDO PREVIDENCIÁRIO CAPITALIZADO
LRF Art 53, § 1º, inciso II (R\$ 1,00)

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2019	126.443.459,48	246.277,11	126.197.182,37	474.595.927,90
2020	115.719.561,05	5.659.995,00	110.059.566,05	584.655.493,95
2021	219.950.551,20	12.000.998,94	207.949.552,26	792.605.046,20
2022	244.602.800,58	13.516.839,85	231.085.960,74	1.023.691.006,94
2023	270.927.977,72	17.989.404,81	252.938.572,91	1.276.629.579,85
2024	295.435.370,61	20.685.551,16	274.749.819,45	1.551.379.399,30
2025	322.646.044,59	23.752.328,29	298.893.716,29	1.850.273.115,59
2026	351.318.351,01	26.674.610,94	324.643.740,07	2.174.916.855,66
2027	380.205.568,64	29.732.831,90	350.472.736,74	2.525.389.592,40
2028	410.846.888,88	34.760.321,29	376.086.567,59	2.901.476.159,99
2029	443.936.075,31	41.856.801,70	402.079.273,61	3.303.555.433,60
2030	478.098.614,45	46.728.871,22	431.369.743,23	3.734.925.176,82
2031	513.580.162,89	56.263.171,73	457.316.991,15	4.192.242.167,98
2032	550.291.795,83	67.328.115,50	482.963.680,33	4.675.205.848,30
2033	588.891.164,45	78.667.731,94	510.223.432,51	5.185.429.280,81
2034	629.235.705,41	92.530.965,81	536.704.739,60	5.722.134.020,41
2035	669.738.345,12	104.396.142,24	565.342.202,88	6.287.476.223,29
2036	711.928.491,95	119.265.490,24	592.663.001,71	6.880.139.225,01
2037	754.214.239,21	136.949.297,94	617.264.941,27	7.497.404.166,28
2038	798.467.958,41	154.127.075,53	644.340.882,88	8.141.745.049,17
2039	843.914.185,63	174.740.237,99	669.173.947,64	8.810.918.996,80
2040	891.181.385,54	198.276.127,03	692.905.258,50	9.503.824.255,30
2041	940.447.817,78	221.057.072,94	719.390.744,84	10.223.215.000,14
2042	991.957.321,09	245.024.553,94	746.932.767,15	10.970.147.767,29
2043	1.045.588.075,58	284.585.865,78	761.002.209,79	11.731.149.977,08
2044	1.097.434.081,59	314.725.751,43	782.708.330,16	12.513.858.307,24
2045	1.152.196.636,03	362.419.164,87	789.777.471,16	13.303.635.778,40
2046	1.206.249.160,25	416.978.946,54	789.270.213,71	14.092.905.992,12
2047	1.256.365.291,84	455.271.289,96	801.094.001,87	14.893.999.993,99
2048	1.307.722.074,86	492.767.793,56	814.954.281,31	15.708.954.275,30
2049	1.359.297.230,41	526.006.477,59	833.290.752,83	16.542.245.028,12
2050	1.411.177.883,40	563.270.587,81	847.907.295,58	17.390.152.323,71
2051	1.464.392.580,75	614.882.042,23	849.510.538,52	18.239.662.862,22
2052	1.516.499.618,21	674.054.375,13	842.445.243,09	19.082.108.105,31



ESTADO DA PARAÍBA

2053	1.565.726.727,26	720.602.680,10	845.124.047,16	19.927.232.152,47
2054	1.617.486.045,06	784.550.012,59	832.936.032,47	20.760.168.184,95
2055	1.664.912.309,95	831.825.419,49	833.086.890,45	21.593.255.075,40
2056	1.712.737.019,28	872.634.383,77	840.102.635,51	22.433.357.710,91
2057	1.762.034.514,14	918.877.343,50	843.157.170,64	23.276.514.881,55
2058	1.814.527.979,90	987.402.753,14	827.125.226,76	24.103.640.108,31
2059	1.863.623.534,56	1.042.843.439,81	820.780.094,75	24.924.420.203,06
2060	1.912.972.550,81	1.097.697.751,33	815.274.799,49	25.739.695.002,55
2061	1.960.475.901,01	1.141.972.575,11	818.503.325,90	26.558.198.328,45
2062	2.008.369.473,24	1.186.378.002,50	821.991.470,74	27.380.189.799,19
2063	2.054.746.766,76	1.221.124.868,05	833.621.898,71	28.213.811.697,90
2064	2.103.109.029,10	1.260.775.784,13	842.333.244,98	29.056.144.942,87
2065	2.150.228.615,29	1.292.415.532,01	857.813.083,28	29.913.958.026,16
2066	2.199.605.164,11	1.331.762.398,01	867.842.766,10	30.781.800.792,25
2067	2.246.841.510,61	1.359.454.350,29	887.387.160,31	31.669.187.952,57
2068	2.296.058.223,86	1.390.132.466,69	905.925.757,17	32.575.113.709,74
2069	2.343.841.072,43	1.409.300.464,87	934.540.607,56	33.509.654.317,30
2070	2.394.742.828,12	1.435.281.371,96	959.461.456,16	34.469.115.773,46
2071	2.444.311.411,30	1.453.920.374,03	990.391.037,27	35.459.506.810,73
2072	2.497.337.279,96	1.477.159.886,63	1.020.177.393,33	36.479.684.204,06
2073	2.547.753.868,71	1.488.960.028,98	1.058.793.839,74	37.538.478.043,80
2074	2.602.742.851,27	1.505.018.193,05	1.097.724.658,21	38.636.202.702,01
2075	2.657.104.158,40	1.508.315.188,39	1.148.788.970,01	39.784.991.672,02
2076	2.715.584.880,25	1.516.400.472,13	1.199.184.408,13	40.984.176.080,15
2077	2.775.193.503,76	1.517.816.811,11	1.257.376.692,64	42.241.552.772,79
2078	2.837.876.932,63	1.520.757.417,16	1.317.119.515,48	43.558.672.288,27
2079	2.899.979.406,78	1.495.398.214,95	1.404.581.191,83	44.963.253.480,09
2080	2.969.583.562,25	1.489.886.089,96	1.479.697.472,29	46.442.950.952,39
2081	3.040.154.633,85	1.471.410.204,48	1.568.744.429,36	48.011.695.381,75
2082	3.117.760.049,26	1.462.434.625,01	1.655.325.424,25	49.667.020.806,00
2083	3.196.135.539,85	1.441.382.484,29	1.754.753.055,56	51.421.773.861,56
2084	3.281.830.047,14	1.425.281.685,40	1.856.548.361,74	53.278.322.223,30
2085	3.368.846.465,22	1.398.543.464,22	1.970.303.001,00	55.248.625.224,31
2086	3.465.727.724,39	1.381.692.875,95	2.084.034.848,44	57.332.660.072,75
2087	3.564.655.876,41	1.351.500.607,84	2.213.155.268,57	59.545.815.341,32
2088	3.672.940.774,06	1.330.407.607,70	2.342.533.166,36	61.888.348.507,68
2089	3.784.168.418,84	1.300.683.259,27	2.483.485.159,57	64.371.833.667,25
2090	3.905.104.780,63	1.276.851.626,17	2.628.253.154,46	67.000.086.821,72
2091	4.031.245.986,87	1.245.913.798,84	2.785.332.188,03	69.785.419.009,75
2092	4.168.205.322,14	1.220.478.388,20	2.947.726.933,94	72.733.145.943,68
2093	4.311.239.366,01	1.189.645.394,97	3.121.593.971,04	75.854.739.914,72
2094	4.464.848.419,65	1.164.708.611,09	3.300.139.808,56	79.154.879.723,29



ESTADO DA PARAÍBA

Notas:

Projeção atuarial elaborada em janeiro de 2020, com dados de outubro de 2019.

Este Demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

- Taxa de Juros Reais: 5,00% (zero por cento);
- Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador sobrevivência): AT-2000 (Male e Fem);
- Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte): AT-2000 (Male e Fem);
- Tábua Entrada em Invalidez: ALVARO VINDAS;
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: MI-85;
- Taxa de crescimento real dos salários: 1,00% ao ano (um por cento);
- Taxa de crescimento real dos benefícios: 0,00% ao ano (zero por cento);
- Novos entrados: Os servidores que saem dos dois planos são substituídos por outros com as 3 mesmas características (sexo, atividade, salário, estado civil e idade de admissão) de quando estes foram admitidos (modelo CLONE).
- Rotatividade: 0,00% ao ano (não considerada);
- Despesa Administrativa correspondente a 2,00% (dois por cento) calculado do total da remuneração de contribuição dos servidores ativos do Estado.



ESTADO DA PARAÍBA

7. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº. 101/2000)

O conceito de despesas obrigatórias de caráter continuado - DOCC, de acordo com o art. 17, da Lei de Responsabilidade Fiscal, aquela de natureza corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o Ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. Essa exigência busca assegurar que nenhuma despesa classificada como obrigatória de caráter continuado seja criada sem a devida fonte de financiamento para sua integral cobertura.

Ainda, no mesmo artigo da LRF está estabelecido que os atos que criarem ou aumentarem as DOCC deverão ser instruídos com a estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, e demonstrar a origem dos recursos para o seu custeio. Também a despesa criada ou aumentada não poderá afetar as metas de resultados fiscais e seus efeitos devem ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução de despesas.

Considera-se aumento permanente de receita, de acordo com a LRF, o proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, cuja competência tributária é do próprio ente.

Para o exercício de 2021, não há previsão de aumento permanente de receita pela elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, portanto, a margem de expansão para despesas obrigatórias de caráter continuado em função do aumento das despesas com ampliação do patrimônio público e dos serviços públicos prestados à sociedade, será suportada pelo crescimento real da atividade econômica.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V		R\$
EVENTOS	Valor Previsto para 2021	
Aumento Permanente da Receita	-	
(-) Transferências constitucionais	-	
(-) Transferências do FUNDEF	-	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	-	
Redução Permanente de Despesa (II)	-	
Margem Bruta (III) = (I+II)	-	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-	
Novas DOCC	-	
Novas DOCC geradas com PPP	-	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	-	

FONTE: SEPLAG, 10/04/2020, 10h00min



ESTADO DA PARAÍBA

8. Estimativa da Renúncia Fiscal consolidada por Categoria de Receita (art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000)

Renúncia Fiscal definida na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio 2000, compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam tratamento diferenciado. Os benefícios fiscais referenciados na tabela abaixo será a estimativa da renúncia de receita com projeção para os exercícios de 2021, 2022 e 2023.

8.1. Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

REGIÕES	IMPOSTO	2021	2022	2023
1ª Gerência Regional	ICMS	1.373.110.088,98	1.424.485.466,79	1.474.233.957,58
	IPVA	6.949.495,60	7.210.101,69	7.462.455,24
	ITCD	3.588.506,48	3.723.075,47	3.853.383,11
	TOTAL	1.383.648.091,06	1.435.418.643,95	1.485.549.795,93
2ª Gerência Regional	ICMS	18.569.093,83	19.262.767,20	19.934.474,25
	IPVA	666.775,51	691.779,59	715.991,88
	ITCD	94.544,17	98.089,57	101.522,71
	TOTAL	19.330.413,51	20.052.636,36	20.751.988,84
3ª Gerência Regional	ICMS	443.636.735,04	460.250.366,88	476.337.900,37
	IPVA	2.664.591,71	2.764.513,90	2.861.271,89
	ITCD	607.597,23	630.382,13	652.445,50
	TOTAL	446.908.923,98	463.645.262,91	479.851.617,76
4ª Gerência Regional	ICMS	24.370.357,06	25.280.646,48	26.162.110,05
	IPVA	1.079.831,15	1.120.324,82	1.159.536,19
	ITCD	198.758,22	206.211,65	213.429,06
	TOTAL	25.648.946,43	26.607.182,95	27.535.075,30
5ª Gerência Regional	ICMS	82.668.645,21	85.763.982,30	88.761.300,40
	IPVA	860.407,65	892.672,94	923.916,49
	ITCD	111.730,42	115.920,31	119.977,52
	TOTAL	83.640.83,28	86.772.575,55	89.805.194,41
RENÚNCIA TOTAL	ICMS	1.942.354.920,12	2.015.043.229,65	2.085.429.742,65
	IPVA	12.221.101,62	12.679.392,94	13.123.171,69
	ITCD	4.601.136,52	4.773.679,13	4.940.757,90
	TOTAL	1.959.177.158,26	2.032.496.301,72	2.103.493.672,24

Fonte: GEAIFF / ATT / GPLAN



ESTADO DA PARAÍBA

LEI DE DIRETRIZES – 2021 ANEXO II - RISCOS FISCAIS

Avaliação dos Passivos Contingentes e outros Riscos capazes de afetar as Contas Públicas (art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000)

O Anexo de Riscos Fiscais, onde devem ser avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas é uma exigência introduzida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os riscos fiscais decorrem de ações judiciais, riscos de natureza macroeconômicos e de variações em relação à dívida pública, dentre outros.

Entre os riscos que podem influenciar diretamente no cumprimento das metas previstas, encontra-se a pandemia criada pela disseminação do novo Coronavírus denominada de COVID-19, que tem provocado uma recessão mundial, uma crise financeira sem precedentes no ano de 2020, e que ainda terão seus efeitos, sobre a arrecadação da receita e possíveis despesas relativas ao combate ao COVID-19, avaliadas, diante das alterações no cenário econômico estadual e federal, afetado por motivações internas e externas, que por sua vez já provocou um considerável impacto na arrecadação das receitas tributárias, especialmente quanto ao principal tributo do Estado, o ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

Quanto à previsão das receitas, há possibilidade da não realização é eminente, e será revista durante a execução do orçamento por motivos de desvios quanto aos parâmetros utilizados, bem como devido à alteração nos mercados mundiais e nos critérios de transferências da União em tempos de pandemia.

Em relação à Dívida Pública, os riscos estão associados à variação das taxas de juros vincendos, a variação cambial prevista, uma vez que restringe a capacidade de investimentos.

Há também, os riscos decorrentes de ordens judiciais de bloqueio ou de sequestro de valores de Tesouro Estadual que foge à regra de precatórios.

As ações judiciais movidas contra o Estado, resultantes de decisões judiciais transitadas em julgado continuam a ser um passivo a considerar. Essas ações tratadas como precatórios, serão consideradas na Lei Orçamentária, não afetando o cumprimento das Metas Anuais.



ESTADO DA PARAÍBA

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	365.000.000,00	Dependerá do resultado do processo judicial	
Dívidas em Processo	39.515.122,32	Dependerá do resultado do processo judicial	
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	404.515.122,32	SUBTOTAL	0,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	355.000.000,00	Limitação de Empenho	355.000.000,00
Restituição de Tributos a maior	-		
Discrepância de Projetos	22.000.000,00	Limitação de Empenho	22.000.000,00
Outros Riscos Fiscais	689.756.599,35	Limitação de Empenho	689.756.599,35
SUBTOTAL	1.066.756.599,35	SUBTOTAL	1.066.756.599,35
TOTAL	1.471.271.721,67	TOTAL	1.066.756.599,35

Fonte: Procuradoria Geral do Estado - Secretaria de Estado da Receita - Controladoria Geral do Estado

(*) A informação constante neste anexo é referente aos impostos: ICMS, IPVA e ITCD. As variações utilizadas na projeção foram IPCA e PIB.

(**) O montante de redução dos desembolsos previstos (Liberação de Operações de Crédito) para 2021 decorrerá em função principalmente dos seguintes fatores:

- análise de pedidos de empréstimo pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN poderá demandar maior intervalo de tempo para atender exigência, por aquele órgão, de documentos complementares que forem solicitados para conclusão da análise e autorização da contratação dos empréstimos pretendidos;
- atraso na assinatura dos contratos de empréstimo;
- atraso na licitação de contratação de obras com recursos do empréstimo; e atraso na prestação de contas necessárias para a liberação de desembolso de recursos consecutivos.

(***) O montante de Serviço da Dívida (pagamento), previsto para 2021 decorrerá em função basicamente da variação dos indexadores da dívida;

- Os indexadores financeiros da dívida em US\$, TJPP, IGP-DI, IPC-A, SELIC poderão sofrer variações decorrentes da pandemia causada pela COVID - 19, que já apresenta modificações significativas no mercado interno e externo, trazendo mudanças nos valores aqui previstos nas condições atuais.



ESTADO DA PARAÍBA

LEI DE DIRETRIZES – 2021 ANEXO III - METAS E PRIORIDADES

I – Poder Legislativo

1. Assembleia Legislativa

Meta:

- Criação do Estatuto dos servidores do Poder Legislativo;
- Fortalecimento da Escola do Legislativo;
- Consolidação da Legislação Estadual;
- Fortalecimento do exercício da ação legislativa com ênfase na interatividade e transparência;
- Adesão à Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável;
- Capacitação de Recursos Humanos e Estrutura dos funcionários da Assembleia Legislativa;
- Criação de Observatório Inter poderes quando existir decretação de Estado de Calamidade Pública Estadual;
- Realização de Cursos Técnicos junto através da Escola do Legislativo;
- Intercâmbio Entre Poderes Legislativos;
- Interiorização das atividades legislativas;
- Efetivação do Movimento Paraíba sem Drogas;
- Garantir Recursos Humanos para realização de eventos das Frentes Parlamentares;
- Criação de Revista Jurídica da Assembleia Legislativa;
- Estimular educação política de estudantes do ensino médio;
- Parceria com as Câmaras Municipais.
-

Prioridades:

- Construção e Ampliação de Anexos Administrativos.
Finalidade: Construir e ampliar a estrutura física para oferecer melhores condições de trabalho e acomodações aos parlamentares e servidores garantindo assim melhor atendimento a sociedade.
- Atividade de Suporte de Apoio Parlamentar
Finalidade: Desenvolver atividades de assessoramento aos deputados no efetivo exercício de seus mandatos e disponibilizar recursos orçamentários para a atividade de divulgação e publicidade das ações legislativas.
- Atividades de Apoio Administrativo
Finalidade: Atender e manter os serviços administrativos de modo a dar suporte para o desempenho de suas atividades-meio e finalísticas.



ESTADO DA PARAÍBA

2. Tribunal de Contas do Estado

Meta:

- Exercer o acompanhamento, a orientação, o controle e a fiscalização da gestão dos recursos públicos com fidelidade aos princípios constitucionais, buscando corresponder às demandas da sociedade paraibana.

Prioridades:

- Acompanhar, controlar e fiscalizar o bom uso do patrimônio e a aplicação dos recursos públicos;
- Integrar os processos que formam o ciclo de gestão das políticas públicas – planejamento, orçamento, administração, acompanhamento, controle e avaliação;
- Capacitar os servidores (as) públicos do Estado da Paraíba e dos municípios paraibanos, bem como cidadãos e cidadãs para o exercício do acompanhamento e do controle social.

II – Poder Judiciário

Meta:

- Concretizar a justiça, por meio de uma prestação jurisdicional acessível, célere e efetiva.

Prioridades:

- Garantir infraestrutura de TI moderna e adequada, em como o o desenvolvimento de software necessário ao bom andamento das atividade do Poder Judiciário Paraibano;
- Prevenir e racionalizar litígios adotando medidas com vistas a conferir tratamento adequado às demandas de massa, fomentar o uso racional de justiça e garantir a distribuição equitativa dos processos judiciais entre as unidades judiciárias de primeiro grau;
- Promover cidadania e atuar com responsabilidade socioambiental por meio de práticas sociais e ambientais responsáveis, procurando sempre atender às necessidades imediatas da sociedade, bem como adotar rigorosa atenção nas tomadas de decisões, considerando as possíveis implicações sociais e ambientais futuras;
- Promover a uniformização e melhoria contínua de políticas e rotinas por meio da criação de centrais de processamento eletrônico de feitos judiciais, no âmbito da primeira instância, viabilizando foco e especialização na execução dos serviços e, com isso, aumentando a produtividade e tomando a tramitação processual mais célere;
- Garantir a adequação da infraestrutura física, disponibilizando instalações com qualidade e adaptações arquitetônicas que permitam a livre e autônoma movimentação das pessoas com dificuldades ou com mobilidade reduzida.



ESTADO DA PARAÍBA

III – Ministério Público

Meta:

- Aumentar o índice de resolutividade, da atuação ministerial na fiscalização do cumprimento da lei em defesa da sociedade.

Prioridades:

- Projetos em Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos: Intensificar ações que contribuam para a implementação de políticas relacionadas à prestação de serviços à saúde, fomentar o acesso à educação pública de qualidade, promover ações que assegurem o respeito aos direitos da criança e do adolescente, intensificar a adoção de medidas preventivas e repressivas de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, contribuir para o fortalecimento das políticas públicas de proteção à pessoa idosa e pessoa com deficiência, atuar de forma preventiva e repressiva no combate à criminalidade, programar ações que garantam o saneamento básico e promovam a defesa do meio ambiente e dos recursos hídricos, adotar estratégias de atuação no enfrentamento às drogas e fiscalizar o regular funcionamento do sistema prisional.

Meta:

- Aprovação de projetos que revertam recursos financeiros em benefício da sociedade paraibana, através de projetos sociais e políticas públicas.

Prioridades:

- Proteção dos Bens, Valores e Interesses Difusos: Arrecadar e gerir recursos financeiros que serão destinados exclusivamente na implementação de projetos sociais e políticas públicas em benefício da sociedade paraibana, como forma de ressarcir a coletividade por danos causados ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, cultural, turístico, paisagístico, infração à ordem econômica e outros direitos e interesses difusos e coletivos, no território do Estado da Paraíba.

Fundo Especial de Defesa do Consumidor

Meta:

- Executar 275 (duzentos e setenta e cinco) ações dentre fiscalizações, operações e interiorização.

Prioridades:

- Gerir os recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de defesa dos direitos dos consumidores.

Metas:

- Construir, no mínimo, 1 Promotoria de Justiça;
- Ampliar, no mínimo, 1 Promotoria de Justiça;



ESTADO DA PARAÍBA

Prioridades:

- Gestão da Infraestrutura: Construção de Sedes Ministeriais, Ampliação de Imóveis e Manutenção e avanço da Tecnologia da Informação;
- Manutenção de serviços administrativos: Dar suporte às atividades ministeriais, a fim de que os objetivos previstos no Mapa Estratégico Institucional sejam cumpridos: conservação reforma e adaptação de imóveis, aquisição de veículos, aquisição de equipamentos e materiais permanentes e outras despesas decorrentes do funcionamento geral da Instituição.

IV – Defensoria Pública

Metas:

- Fomentar mecanismos institucionais para promover a atuação extrajudicial por meio de parcerias institucionais, visando à redução da judicialização de ações;
- Apoiar políticas públicas correlatas às atribuições da Defensoria Pública, aproximando de outras instâncias governamentais e gerando uma atuação em rede transversal;
- Desenvolver estratégias, processos e sistemas de informação que confirmam maior transparência à Defensoria Pública;
- Prover a Defensoria Pública de um aparato tecnológico, alinhado à estratégia da Instituição, que propicie eficiência e agilidade na realização do trabalho e satisfação dos usuários dos serviços;
- Adquirir, construir, locar e reformar imóveis para uso da Defensoria Pública;
- Aperfeiçoar os sistemas informatizados das atividades de apoio da Defensoria Pública;
- Realizar cursos, simpósios, congressos, encontros e seminários para capacitação de defensores públicos, servidores e estagiários;
- Implantar, estruturar e manter Sedes, Núcleos Regionais e Especiais, Coordenadorias de Atendimento Jurídico e atividades especializadas;
- Implantar o acesso à internet em todas as sedes das Comarcas de atuação da Defensoria Pública;
- Criar o quadro de pessoal dos serviços auxiliares da Defensoria Pública, com seus respectivos cargos e funções;
- Dinamizar parcerias público privadas no sentido de ampliar, otimizar ações projetos e programas voltados aos interesses da cidadania e promoção dos direitos humanos;
- Ampliar a atuação da Defensoria Pública, expandindo o atendimento institucional e multidisciplinar e incrementando parcerias com universidades e outras organizações sociais;
- Desenvolver e promover ações publicitárias visando à divulgação institucional, a educação em direitos da população e outras ações que visem a busca da cidadania e redução das violações a direitos;
- Ampliar os mutirões de atendimento;



ESTADO DA PARAÍBA

- Realizar projetos e campanhas para atendimentos, educação e orientação nas áreas criminal, cível, da infância e juventude, dos direitos humanos e da violência doméstica;
- Prover a Defensoria Pública de recursos materiais necessários para o cumprimento das suas funções legais e constitucionais;
- Realizar atendimento itinerante nas regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional;

- Ampliar e manter as ações de assistência judiciária preventiva, contenciosa e de postulação da defesa em todas as instâncias do direito;
- Fortalecer a interação entre a Defensoria Pública e as Delegacias da Mulher para garantir a qualidade de atendimento integrado e a aplicação da Lei Maria da Penha;
- Realizar ações articuladas em todo o Estado em prol de grupos de pessoal em situação de vulnerabilidade, através de visitas a escolas, asilos e abrigos com efetiva motivação ao exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais;
- Interagir com o CONDEGE, a ANADEP e demais Órgãos;
- Instalar núcleos de meditação em Comarcas do Estado;
- Ampliar as atividades do NUDECON/PROCON da Defensoria Pública;
- Adquirir equipamentos e veículos;
- Estruturar a Escola Superior da Defensoria Pública;
- Reestruturar o quadro de Defensores Públicos;
- Realizar concurso público;
- Conceder aumentos, vantagens, reajustes e revisão da remuneração, subsídios e proventos, desde que não comprometa os limites de repasses;
- Ampliar as atividades do Núcleo Especial dos Direitos Humanos da Defensoria Pública;
- Encaminhar à Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba o projeto de lei que objetiva atualizar a Lei Complementar nº 104/12 para adequação as novas demandas da Defensoria Pública do Estado da Paraíba e ao ordenamento jurídico vigente.

V – Poder Executivo:

As Metas estabelecidas para o Poder Executivo no exercício 2021 serão as descritas abaixo:

Eixo 1: PARAÍBA DEMOCRÁTICA. CIDADÃ, INCLUSIVA E SEGURA;

- Manter e aperfeiçoar o Programa SOMA, articulado ao Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba;
- Manter e Ampliar o Programa Gira Mundo e o Programa de Incentivo a Pesquisa através da FAPESQ e da UEPB;
- Fortalecer a Rede Hospitalar do Estado;
- Ampliar as Regiões Integradas de Segurança Pública



ESTADO DA PARAÍBA

- Manutenção do Programa Paraíba Unida pela PAZ;
- Fortalecer o Programa Estadual de Ressocialização de Pessoas privadas de Liberdade;
- Ampliar o Projeto Cidade Madura, o Cartão Alimentação e o Pagamento do 13º do Bolsa Família;
- Ampliar e manter os Programas e Equipamentos de Assistência Social;
- Manter e Ampliar o Sistema de Governança Eletrônica (Paraíba Digital) no Estado da Paraíba;
- Fortalecer o Esporte e Lazer para a população da Paraíba.
- Construção e Reforma de Instalações Físicas para o Corpo de Bombeiros Militar;
- Atividades de Polícia Ostensiva, Preventiva e Repressiva;
- Construção de Bens Imóveis da Polícia Civil;
- Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para a Polícia Civil;
- Aquisição e Manutenção de Material Bélico, Equipamentos e Demais Materiais para a Polícia Civil;
- Planejamento, Coordenação e Supervisão da Política de Segurança;
- Pacto pelo Desenvolvimento Social da Educação;
- Incentivo à produção artística e cultural;
- Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Administrativas e de Saúde;
- Implementação da Estruturação Organizacional da Rede Estadual de Saúde;
- Reforma e Conservação de Imóveis do Sistema Prisional;
- Construção, Ampliação, Reforma e Adaptação de Instalações Esportivas;
- Esporte para Pessoas com Deficiências;
- Expansão da Rede Física das Unidades Escolares Estaduais.

Eixo 2: PARAÍBA DESENVOLVIDA, SUSTENTAVEL, INTEGRADA E CONTEMPORÂNEA;

- Ampliar o Programa de Construção e manutenção de Cisternas, de Barreiros, de Barragens e de Barragens Subterrâneas;
- Implantar novos sistemas de distribuição de Água;
- Ampliar a cobertura dos sistemas de Esgotamento Sanitário nas cidades do Estado;
- Manter a Construção da Adução Transparaíba e do Canal Acauã-Araçagi;
- Intensificar junto ao Governo Federal para assegurar a implantação de linhas de transmissão para escoar a Energia Solar e Eólica geradas na Paraíba;
- Ampliar o Programa Caminhos da Paraíba;
- Implementar o Mapa de Oportunidades de Potenciais Econômicos da Paraíba;
- Ampliar o Projeto REDESIM;
- Fortalecer o Programa Empreender-PB;
- Ampliar e Fortalecer o PROCASE e o COOPERAR.
- Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca em Águas Interiores;



ESTADO DA PARAÍBA

- Treinamento e Palestras Gerenciais para os Empreendedores;
- Crédito Produtivo Orientado;
- Planejamento, Apoio e Gestão da Infraestrutura Turística;
- Reforma e Recuperação de Casas Populares nas Áreas Urbana e Rural;
- Construção de Adutoras;
- Construção e Recuperação de Passagens Molhadas e de Obras D'arte Correntes;
- Restauração, pavimentação, manutenção e implantação de rodovias estaduais;
- Implantação, Recuperação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento D' água;
- Construção, Reforma e Recuperação de Casas Populares nas áreas Urbana e Rural;
- Projeto, Construção, Implantação, Ampliação e Controle Operacional de Sistemas de Abastecimento D' água;
- Construção e Recuperação de Cisternas;
- Fortalecimento da Organização Social da Agricultura Familiar e Seus Públicos Especiais;
- Perfuração, Instalação e Recuperação de Poços Tubulares.

Eixo 3: PARAÍBA INOVADORA, CRIATIVA, INTELIGENTE E ESTRATÉGICA.

- Criar e manter o Programa Paraíba Solar e Eólica;
- Ampliar o alcance do uso da Rede Paraibana de Alto Desempenho (REPAD) e a Rede Estadual de Fibra Ótica;
- Ampliar o alcance de Bolsas de Pesquisa para novas áreas da Ciência e Tecnologia;
- Criar a Agência para o Desenvolvimento Estratégico da Paraíba (ADE – PB).